

# ÉTICA PROFISSIONAL

## MÓDULO II

**Prof.<sup>ª</sup> Ednete Moraes Costa Elias (Org.)**

Especialista em Docência Superior

Bacharel em Direito

Graduada em Estudos Sociais

# ÉTICA PROFISSIONAL

## MÓDULO II

**Prof.<sup>ª</sup> Ednete Moraes Costa Elias (Org.)**

Especialista em Docência Superior

Bacharel em Direito

Graduada em Estudos Sociais

**ATENÇÃO!**

*Este módulo está disponível apenas como base para estudos deste curso.*

*Não é permitida qualquer forma de comercialização do mesmo.*

*Os créditos de autoria dos conteúdos deste material são dados aos seus respectivos autores citados nas Referências Consultadas.*

*Caro(a) aluno(a),*

*O Instituto Pró Saber tem o interesse contínuo em proporcionar um ensino de qualidade, com estratégias de acesso aos saberes que conduzem ao conhecimento.*

*Todos os projetos são fortemente comprometidos com o progresso educacional para o desempenho do aluno-profissional permissivo à busca do crescimento intelectual.*

*Através do conhecimento, homens e mulheres se comunicam, têm acesso à informação, expressam opiniões, constroem visão de mundo, produzem cultura, é desejo desta Instituição, garantir a todos os alunos, o direito às informações necessárias para o exercício de suas variadas funções.*

*Expressamos nossa satisfação em apresentar o seu novo material de estudo, totalmente reformulado e empenhado na facilitação de um construto melhor para os respaldos teóricos e práticos exigidos ao longo do curso.*

*Dispensem tempo específico para a leitura deste material, produzido com muita dedicação pelos Doutores, Mestres e Especialistas que compõem a equipe docente do Instituto Pró Saber.*

*Leia com atenção os conteúdos aqui abordados, pois eles nortearão o princípio de suas ideias, que se iniciam com um intenso processo de reflexão, análise e síntese dos saberes.*

*Desejamos sucesso nesta caminhada e esperamos, mais uma vez, alcançar o equilíbrio e contribuição profícua no processo de conhecimento de todos!*

*Atenciosamente,  
Setor Pedagógico*

*“Julgamentos não são precipitados, quando existe ética. Eles são automáticos no inconsciente humano. Precipitado é o veredito que atropela o julgamento e se manifesta precocemente, absolvendo ou condenando segundo preconceitos e simpatias pessoais mal administrados.”*

Demétrio Sena

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>5</b>
<b>UNIDADE I - A ÉTICA E AS QUESTÕES FILOSÓFICAS .....</b>	<b>9</b>
LEITURA COMPLEMENTAR – TEXTO N° 01	
É A ÉTICA UMA CIÊNCIA? .....	13
<b>UNIDADE II - A ÉTICA E A CIDADANIA .....</b>	<b>19</b>
LEITURA COMPLEMENTAR – TEXTO N° 02	
ÉTICA E DIREITOS HUMANOS .....	22
<b>UNIDADE III - A ÉTICA E A EDUCAÇÃO .....</b>	<b>31</b>
LEITURA COMPLEMENTAR – TEXTO N°. 03	
ÉTICA NA ESCOLA: FAÇA O QUE EU DIGO, MAS NÃO FAÇA O QUE EU FAÇO .....	36
<b>UNIDADE IV - ÉTICA PROFISSIONAL, O GRANDE DESAFIO NO MERCADO DE TRABALHO.....</b>	<b>40</b>
LEITURA COMPLEMENTAR – TEXTO N. 04	
ÉTICA PROFISSIONAL É COMPROMISSO SOCIAL .....	47
<b>ESTUDO DE CASOS: ÉTICA PROFISSIONAL.....</b>	<b>52</b>
CASO 1 - UM GESTOR TEMPERAMENTAL.....	52
CASO 2 - ÉTICA E CHOQUE CULTURAL NA EMPRESA .....	54
CASO 3 - RESPEITO PELAS PESSOAS .....	56
CASO 4 - CONSIDERAÇÕES PROVENIENTES DO COMITÊ DE ÉTICA .....	57
A URGÊNCIA DE ATITUDES ÉTICAS EM SALA DE AULA.....	59
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>62</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>64</b>

## INTRODUÇÃO

*“A ética se imporá naturalmente, quando compreendermos que ela é indispensável à sobrevivência da sociedade.”*

Valter da Rosa Borges

O homem, ao viver em sociedade e ao conviver com outros seres de sua espécie, dito, outros homens, deve ter a ideia de como agir socialmente e como se comportar de acordo as regras de conduta moral. De que maneira o ser humano deve pautar sua convivência? Na ética e na moral, sem, no entanto confundi-las, porque são empregadas como sinônimas, ou seja, padrões de conduta do ser humano em sociedade.

O presente módulo traz a baila o que é ética profissional. Como são as condutas de quem trabalha e o respeito que deve plasmar as relações das pessoas que se inserem no mundo do trabalho; como deve ser o profissionalismo de cada um em relação ao outro; e, por que as boas regras de convivência são basilares para que haja bom desempenho e prosperidade num meio tão concorrido.

Porém, antes de ser traçado um pensamento acerca da ética profissional, relevante se fazem entender o que é ética e o que é moral, palavras com teores diferenciados, segundo a Wikipédia.

Etimologicamente o que significa a palavra ética? "Ética" (do grego *ethos*, que significa modo de ser, caráter, comportamento) é o ramo da filosofia que busca estudar e indicar o melhor modo de viver no cotidiano e na sociedade. Diferencia-se da moral, pois enquanto esta se fundamenta na obediência a normas, tabus, costumes ou mandamentos culturais, hierárquicos ou religiosos recebidos, a ética, ao contrário, busca fundamentar o bom modo de viver pelo pensamento humano. Tem como princípio básico o direito universal. Disponível em: <<http://pt.wikipedia.org/wiki/%C3%89tica>>.

Estas palavras, Ética e Moral, embora estejam atreladas e por isso fazem parte do mesmo contexto, suas inserções são diferenciadas e os seus significados são distintos.

O que se compreende por ética e o que se compreende por moral? A princípio os conceitos pareçam subjetivos e análogos, têm caráter diferenciados e consistem numa reminiscência do valor que cada um ser atribui. Segundo a cartilha do Ministério da Educação (2007, p. 13):

Na filosofia, o campo que se ocupa da reflexão sobre a moralidade humana recebe a denominação de ética. Esses dois termos, ética e moral, têm significados próximos e, em geral, referem-se ao conjunto de princípios ou padrões de conduta que regulam as relações dos seres humanos com o mundo em que vivem.

Outro sentido pertinente da conduta humana são os valores, que vêm capitaneados pelos costumes. Os costumes de cada povo é o ponto de toque entre os valores e o sentido ético. É na construção dos valores que se vê o que está inserto na ética. As sociedades e grupos são responsáveis pela criação dos seus códigos de ética. Estes, importantes em demasia, trilham o bem viver de povos e raças iguais e diferentes. É no respeito que a ética tem a sua evolução. Na esteira da convivência humana está a cadeia de valores que permeiam os atores envolvidos numa mesma sociedade. Destarte, a vida em sociedade propugna por regras, para que os direitos de cada um não sejam violados pelo outro. De acordo com os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), (1998, p. 49):

Nos costumes manifesta-se um aspecto fundamental da existência humana: a criação de valores. Os diversos grupos e sociedades criam formas peculiares de viver e elaboram princípios e regras que regulam seu comportamento. Esses princípios e regras específicos, em seu conjunto, indicam direitos, obrigações e deveres. Não há valores em si, mas sim propriedades atribuídas à realidade pelos seres humanos, a partir das relações que estabelecem entre si e com a realidade, transformando-a e se transformando continuamente.

A Ética está atrelada ao bom convívio do homem na sociedade, na sua comunidade e no seio da sua família porque ele precisa construir o bem maior que é a felicidade. Segundo Chalita (2009, p.27):

O ser humano busca a felicidade, desde que surgiu no mundo e se reconheceu capaz de produzir cultura e transformar o ambiente em que vive. Essa busca faz parte das energias fundamentais que movem o espírito humano. Aristóteles já sabia disso, há mais de dois milênios. Mesmo na obscuridade das antigas cavernas, subjugados aos penosos afazeres de caçar seu alimento e coletar frutas e folhas da natureza, nossos ancestrais marcavam a sua diferença atávica dos outros animais por um atributo muito simples, muito singelo, mas fundamental: a habilidade de sorrir.

A Ética é genuinamente a condição das respostas para as questões de convivência entre os seres humanos. O homem e a mulher em sociedade carecem de se revestir com o manto da lisura e da magnanimidade para a construção de valores saudáveis respaldados pela igualdade, fraternidade e liberdade dos tempos revolucionais. De acordo com o magistério de Freire (1996, p. 33), que diz o seguinte:

[...]. Mulheres e homens, seres histórico- sociais, nos tornamos capazes de comparar, de valorar, de intervir, de escolher, de decidir, de romper, por tudo isso, nos fizemos seres éticos. Só somos porque estamos sendo. Estar sendo é a condição, entre nós, para ser. Não é possível pensar os seres humanos longe, sequer da ética, quanto mais fora dela. Estar longe ou pior, fora da ética, entre nós, mulheres e homens, é uma transgressão.

A Ética, porém, não engloba somente atitudes de ser humano para ser humano. Perpassa também pelas práticas em relação ao meio ambiente, à sua conservação e cuidados. Ampara a

cidadania nos seus valores mais intrínsecos: promover a inclusão social; respeitar os direitos e garantias fundamentais; cuidar do Erário Público<sup>1</sup> para o bem coletivo; propugnar a transparência na prática político-partidária. Tudo isso faz com que a sociedade sofra menos das mazelas insertas pelo capitalismo selvagem e pela ganância de muita gente que desconhece esse espírito ético que deve plasmar a conduta de vida de todos os seres humanos.

Nas ações diretivas da vida humana deve haver um sentido voltado para os questionamentos incisivos que refletem a verve dos poderes de associar os valores que perpassam pela ética e pela moral, calcando os seres humanos de vontades que revelam o sentido interativo com as construções de padrões que respaldam as normas de vida de um povo.

Qualquer setor da vida humana seja ele profissional, familiar, educacional, etc. a ética é um princípio infundável, remanescente dos gregos e que deve ser o cerne das diretrizes e das condutas de cada um.

A ética por si só já se configura um começo que não pode acabar. Ela deve ser pautada por princípios basilares para a boa conduta de cada pessoa na convivência com o coletivo.

As sociedades, das mais desenvolvidas, às mais tradicionais, das mais modernas às mais rudes, têm seus códigos de ética e de conduta. Necessário se faz ter essa referência, para o bem comum. Pois, diante disso, a sobrevivência é capitaneada pelos preceitos éticos que qualquer sociedade traz no seu bojo. Imprescindível se faz a postura e cumprimento desses códigos éticos. *Ibid* (1998, p. 53).

Os valores diferem de sociedade para sociedade. Numa mesma sociedade, valores diferentes fundamentam interesses diversos. No cotidiano estão sempre presentes valores diferenciados, e a diversidade pode levar, sem dúvida, a situações de conflito. Longe de querer dissolver esses conflitos, impondo uma harmonia postiça, é importante que se instale a atitude problematizadora. O que é preciso considerar, sempre, é que não existem normas acabadas, regras definitivamente consagradas. A moral sofre transformações, principalmente quando submetida à reflexão realizada pela ética.

A ética corrobora com os valores de cada sociedade e as mantém estimuladas a professar ensinamentos para seu povo, numa conjuntura de crescimento e com papéis bem definidos com conceitos bem estruturados, na harmonização do bem comum. Este bem comum, muitas vezes renegados a uma grande maioria, colocando em xeque a verossimilhança da ética e dos atributos que a compõe.

---

<sup>1</sup> s.m. Tesouro público; dinheiro público; os bens oficiais. Na Antiguidade, edifício onde se guardava o tesouro público.



Ser ético não é prêmio àqueles que se comportam de forma certa, mas um direcionamento efetivo da vida de todos os seres humanos, estes, vivendo em sociedade, inseridos no contexto do controle social que plasma as regras de boa convivência.

Diante desse breve preâmbulo o presente módulo será dividido em quatro capítulos, sendo que, o primeiro discorrerá sobre suas questões filosóficas; o segundo será sobre a ética e cidadania; o terceiro sobre ética e educação; e o último capítulo será sobre o tema deste módulo que é a ética profissional.

## UNIDADE I - A ÉTICA E AS QUESTÕES FILOSÓFICAS

*“Sócrates foi o primeiro a evocar a filosofia do céu à terra, deu-lhe a cidadania nas cidades, introduziu-a também nas casas e obrigou-a a ocupar-se da vida e dos costumes, das coisas boas e das más.”*

Marcus Cícero

Falar de filosofia para muitos é algo meio extravagante, incoerente e fora da realidade. Pessoas questionam o tempo todo sobre as questões filosóficas da vida. E perguntam sempre em que contexto da vida vai caber algo filosófico. Nesse intercâmbio de visões, a filosofia serve para dar um significado àquilo que não é entendido pela ciência, ou o que não pode ser chamado de ciência. Chauí (1997, p. 13) preleciona que:

Ora, todas essas pretensões das ciências pressupõem que elas acreditam na existência da verdade, de procedimentos corretos para bem usar o pensamento, na tecnologia como aplicação prática de teorias, na racionalidade dos conhecimentos, porque podem ser corrigidos e aperfeiçoados.

Nesse diapasão, incluem-se as questões de verdades na vida de cada pessoa, seus pensamentos, suas crenças, seus hábitos e costumes. Quais são as contribuições da filosofia e o seu contraponto com a ciência. Como cada uma se comporta. Esses contrapontos são suficientes para estabelecer as regras que devem ser padronizadas pela razão do conhecimento empírico?

Mas afinal o que é a filosofia? Qual o seu caráter? Como ela se emoldura? Muitas são as perguntas e questionamentos. Para que serve a filosofia? Em que a mesma se baseia? *Ibid* (1997, p. 13):

Verdade, pensamento, procedimentos especiais para conhecer fatos, relação entre teoria e prática, correção e acúmulo de saberes: tudo isso não é ciência, são questões filosóficas. O cientista parte delas como questões já respondidas, mas é a Filosofia quem as formula e busca respostas para elas.

Assim, o trabalho das ciências pressupõe como condição, o trabalho da Filosofia, mesmo que o cientista não seja filósofo. No entanto, como apenas os cientistas e filósofos sabem disso, o senso comum continua afirmando que a Filosofia não serve para nada.

Para dar alguma utilidade à Filosofia, muitos consideram que, de fato, a Filosofia não serviria para nada, se “servir” fosse entendido como a possibilidade de fazer usos técnicos dos produtos filosóficos ou dar-lhes utilidade econômica, obtendo lucros com eles; consideram também que a Filosofia nada teria a ver com a ciência e a técnica.

Como a Filosofia se atrela à conjuntura da Ética? Quais são os pressupostos que as fazem se envolver numa mesma relação? São vários os acompanhamentos, mas é necessário entender a

real vicissitude dessa analogia. Quais são as reais condições das equiparações? A Ética necessita ser universal, pois, segundo Kant<sup>2</sup>, para ser dessa forma precisa de igualdade entre os homens. Enquanto a filosofia tem outros parâmetros, que de acordo com *Ibid* (1997, p. 15):

Essas indagações fundamentais não se realizam ao acaso, segundo preferências e opiniões de cada um de nós. A Filosofia não é um “eu acho que” ou um “eu gosto de”. Não é pesquisa de opinião à maneira dos meios de comunicação de massa. Não é pesquisa de mercado para conhecer preferências dos consumidores e montar uma propaganda.

As indagações filosóficas se realizam de modo **sistemático**.

Que significa isso?

Significa que a Filosofia trabalha com enunciados precisos e rigorosos, busca encadeamentos lógicos entre os enunciados, opera com conceitos ou ideias obtidos por procedimentos de demonstração e prova, exige a fundamentação racional do que é enunciado e pensado. Somente assim a reflexão filosófica pode fazer com que nossa experiência cotidiana, nossas crenças e opiniões alcancem uma visão crítica de si mesmas. Não se trata de afirmar eu “acho que”, mas de poder afirmar “eu penso que”.

O campo filosófico requer uma caracterização de poderes de reflexão voltados para as questões fundamentais das crenças pautadas no sentido crítico, lógico e sistêmico. As conjunturas filosóficas perpassam pelos rigores do pensamento lógico, resultado de ideias invocadas pela insigne relação da mente com os sentimentos alcançados pela razão.

Necessário se faz entender essa lógica de maneira incongruente, para que se refaçam os sentidos pertinentes ao campo filosófico. A natureza humana sai do abstrato para o concreto com uma magnitude perfeita, induzida pela racionalidade que se impõe à mente de maneira reacionária e redundante. Hume (2006, p. 17):

Que importância há se estes raciocínios sobre a natureza humana pareçam abstratos e de difícil entendimento? Isto não nos induz a nenhuma pressuposição sobre sua falsidade. Pelo contrário, é improvável que o que tem fugido até agora a tantos filósofos sábios e profundos seja muito fácil e evidente. Sejam quais forem os sofrimentos que estas pesquisas possam nos custar, podemos nos considerar suficientemente recompensados, não apenas em matéria de utilidade, mas por puro prazer, se pudermos dessa maneira aumentar nosso acervo de conhecimento acerca de assuntos de indiscutível importância.

Assim posto, a ética é uma dessas coisas que vem explicada pela filosofia de forma incólume e abstratamente compreensível. Deduz inserções voltadas para o bom entendimento que propugna criticidade e valores remissíveis da natureza humana.

No nascedouro da filosofia, a ética se sobressai como uma forma de entendimento do mundo e das ações que permeiam a humanidade, numa comunhão de valores, hábitos e atitudes

---

<sup>2</sup> **Immanuel Kant** (Königsberg, 22 de abril de 1724 — Königsberg, 12 de fevereiro de 1804) foi um filósofo prussiano, geralmente considerado como o último grande filósofo dos princípios da era moderna, indiscutivelmente um dos pensadores mais influentes.

prementes ao conceito e magnitude do ser ético. Este envolvido nas causas e efeitos à luz de todos os preceitos do bom senso e do consenso.

Os grandes filósofos que suscitaram o pensamento ético foram de vanguarda nesse entendimento, de uma solidez magnânima e irreverente.

A ética tem suas particularidades. Está envolvida com o manto da ação, da dinâmica que rege a vida e os seres que nela orbitam. Ela é regada de sentimentos e atitudes, ambos veiculados pela mente humana como regradores das vivências cabíveis de medos, acertos, intelectualidades, de usos e abusos contemporizados pelas relações de seres com outros seres. Fala-se de uma autonomia da ética que segundo Nalini (2009, p. 108):

Contra a autonomia científica da Ética argumenta-se que ela tão-só elabora juízos de valor, nas proposições objetivamente válidas. Essa objeção valeria apenas para uma parte da ética: a ética normativa. Mas a ética é muito mais abrangente, não se resumindo a editar recomendações e formular prescrições morais.

Também não é verdade que a Ética seja parcela da Filosofia especulativa, elaborada cientificamente sem preocupação com a realidade moral humana. E, ainda que as questões éticas tenham sido sempre estudadas pelos filósofos, hoje elas adquiriram autonomia científica.

Dentro do contexto filosófico, a ética busca respostas valorosas para suas mais ínfimas indagações. O arcabouço de suscitações vem delineado por uma avalanche de respostas um tanto incabíveis e inacabadas. Resta cada um procurar sua própria forma e se atentar para os arremessos que se tem do entender ético. *Id.* (2006, p. 9) enfatiza algumas conjecturas acerca de ética no campo filosófico:

A Ética, ou a ciência da natureza humana, pode ser tratada de dois modos diferentes; cada um dos quais tem seu mérito particular, e pode contribuir para o entretenimento, instrução, e reforma da humanidade. A primeira trata o homem como nascido principalmente para a ação, e influenciado em suas medidas por gosto e sentimentos, procurando um objeto e evitando outro, de acordo com o valor que esses objetos parecem possuir, e de acordo com a luz na qual eles se apresentam. Como a virtude, dentre todos os objetos, é considerada o mais valioso, filósofos dessa espécie pintam com cores amáveis, pedindo emprestada toda a ajuda da poesia e da eloquência, e tratando o assunto de uma maneira fácil e óbvia, sendo mais fácil agradar a imaginação, e cativar os afetos.

Porém, nessa esteira de entendimento do campo filosófico, necessário se faz ressaltar alguns caracteres relativos às formas de concepção da ética que não se reduz às questões filosóficas, mas se aparelha à mesma, para imprimir ao comportamento humano suas nuances, seus argumentos e objetivar suas respostas. O cientificismo resguarda a natureza normativa da ética, que imbrica valores morais e éticos numa só concepção. Vê-se uma ética se construindo a

partir da filosofia e a filosofia se construindo a partir do comportamento ético. Vásquez (2005, p. 26), preleciona que:

Em favor do caráter puramente filosófico da ética, argumentam-se também as questões éticas constituíram sempre uma parte do pensamento filosófico, E assim foi na realidade. Quase desde as origens da filosofia, e particularmente desde Sócrates<sup>3</sup> na Antiguidade grega, os filósofos não deixaram de tratar em grau maior ou menor destas questões. E isto vale, especialmente, para o vasto período da história da filosofia durante o qual, por não ter ainda elaborado um saber científico sobre diversos setores da realidade natural ou humana, a filosofia se apresentava como um saber total que se ocupava praticamente de tudo.

Explicar a conjuntura filosófica e ética pode se tornar algo comprometedor, complexo, diverso daquilo que se propugna num avatar de conclusões não conclusivas. É na irreverência que a ética e a filosofia se enquadram para delinear um pensamento cabível a todos. Indubitavelmente as configurações dos pensamentos éticos e filosóficos se encadeiam e se reforçam para atender as indagações a serviço da existência humana e da moral que permeia os comportamentos. Não se dissocia a moral desse entendimento ético-filosófico. Busca-se enquadrá-los numa coesão profícua que resguarda o vínculo e explica as razões dos valores que se elevam, mas há uma ruptura nesse caminho entre ética e filosofia explicado por Vásquez (2005p. 26-27) quando afirma que “vários ramos do saber se desprendem do tronco comum da filosofia para constituir ciências especiais com um objeto específico de investigação e com uma abordagem sistemática, metódica, objetiva e racional comum às diversas ciências”. E nessa ruptura com maestria está a ética, quando Vásquez (2005, p. 27) afirma que:

[...] Hoje trilham este caminho científico várias disciplinas – entre elas a ética – que eram tradicionalmente consideradas como tarefa exclusivas dos filósofos. Mas, atualmente, este processo de conquista de uma verdadeira natureza científica assume antes a característica de uma ruptura com as filosofias especulativas que pretendem sujeitá-las e de uma aproximação com as ciências que lhes põem em mãos proveitosas conclusões. Desta maneira a ética tende a estudar um tipo de fenômeno que se verifica realmente na vida do homem como ser social e constituem o que chamamos de mundo moral; ao mesmo tempo, procura estudá-los não deduzindo-os de princípios absolutos ou apriorísticos, mas afundando as suas raízes na própria existência histórica e social do homem.

---

<sup>3</sup> Sócrates - (em grego antigo: Σωκράτης, transl. *Sōkrátēs*; 469–399 a.C.), foi um filósofo ateniense, um dos mais importantes ícones da tradição filosófica ocidental, e um dos fundadores da atual Filosofia Ocidental. As fontes mais importantes de informações sobre Sócrates são Platão, Xenofonte e Aristóteles (Alguns historiadores afirmam só se poder falar de Sócrates como um personagem de Platão, por ele nunca ter deixado nada escrito de sua própria autoria.). Os diálogos de Platão retratam Sócrates como mestre que se recusa a ter discípulos, e um homem piedoso que foi executado por impiedade. Sócrates não valorizava os prazeres dos sentidos, todavia se escalava o belo entre as maiores virtudes, junto ao bom e ao justo. Dedicava-se ao parto das idéias (Maiêutica) dos cidadãos de Atenas, mas era indiferente em relação a seus próprios filhos.

A ética hodiernamente propugna por uma autonomia e autenticidade, se construindo sozinha, porém não abrindo mão da relatividade de estar com outras ciências, pois cientificismo se faz agregando valores do conhecimento, e não, trilhando caminhos incertos e solitários.

Precisa-se do respaldo de outras ciências num caminhar reverente para se construir os parâmetros vitais que organizam as incongruências do fazer e pensar humano.

A priori os pressupostos da ética se constroem de forma sucessiva e passíveis de mudanças de estado do mundo real do qual estão todos inseridos e revelando-se como pontos cruciais do entendimento lógico. Ao mesmo tempo a ética se vê separada da filosofia, à sua revelia, não pode ser alijada do processo. De acordo com Vásquez, 2005, a ética se revela na sua concepção filosófica imanentista e racionalista, portanto, voltada para uma cosmovisão, colocando-se acima das ciências positivas ou se contradizem a elas.

## LEITURA COMPLEMENTAR – TEXTO Nº 01

### É A ÉTICA UMA CIÊNCIA?

*Por: Luciano Zajdsznajer*

Constitui, contemporaneamente, uma fortíssima preocupação prática com as questões éticas e um amplo debate sobre o tema. Em termos nacionais, impõe-se uma mudança de padrões em todas as esferas da vida, tanto pública quanto privada. Mas isto exige também que avancemos em termos de conhecimento das questões éticas, isto é, como formulá-las, como fundamentá-las, como justificá-las. Daí a pergunta: Que tipo de saber é a ética?

Para lidar com esta pergunta, temos de realizar uma análise mais ou menos ampla, porque o que se entende por questão ética é também amplo e variado. Pretendemos, assim, contribuir para uma instrumentação dos debates e, também, para uma prática mais esclarecida.

Em primeiro lugar, não distinguimos semanticamente entre ética e moral, pois, embora o primeiro termo tenha origem etimológica grega e o segundo latina, ambos dizem respeito duplamente a questões de caráter e de conduta. Dizemos, portanto, que uma questão é ética quando se refere a ações humanas julgadas segundo a perspectiva de serem boas, corretas,

acertadas. Mas como os meios tecnológicos também podem ser assim julgados e as ações de natureza estratégica também podem ser corretas ou acertadas, podemos afirmar, para distinguir mais precisamente o território da ética, que ela diz respeito a ações corretas ou acertadas à luz de uma vida humana boa e digna. Desta forma, a questão ética encontra-se indissolúvelmente ligada às idéias sobre a vida humana como um todo.

A vida humana tomada como um todo é um assunto que envolve uma discussão obrigatoriamente interminável, se ela se baseia exclusivamente na razão e não lança mão das revelações religiosas, que nos dizem o que estamos fazendo "aqui", o que podemos esperar e o que devemos fazer. Entretanto, mesmo a partir destas premissas, as divergências se estabelecem, como indica a história dos debates teológicos, no interior de cada uma das grandes religiões tradicionais. Se nos restringimos, porém, a uma discussão regulada pela razão, podemos distinguir três níveis de questões:

- O que é uma vida humana boa e digna tomada em termos individuais?
- O que é uma vida humana boa e digna tomada em termos grupais entre casais e amigos, nos grupos e nas organizações?
- O que é uma vida humana boa e digna em termos sociais, ou ainda, o que é uma sociedade que propicie tal vida?

Os aspectos e facetas presentes nestas questões são tão variados, que é permitido dizer que contêm tudo: do sexo à comida, da distribuição de renda ao direito do voto, das questões médicas às questões educacionais. Tudo pode, e melhor dizendo, deve ser avaliado segundo uma perspectiva ética, isto é, à luz da idéia de uma vida humana boa e digna.

Há porém, que indicar, no caminho, certas questões paradoxais. Não se pode definir completamente o que é uma boa vida, sem se deparar e enfrentar os detalhes, as particularidades. O que ocorre é que o todo - a vida boa - define-se pela parte, e esta tem como referência aquela. Como exemplo: um trabalho que serve ao crescimento individual e contribui para o bem geral pode ser classificado como um trabalho ético. Veja-se que leva em conta tanto a parte - o indivíduo - quanto o todo - o bem da sociedade.

Quanto mais nos adentramos no território da ética percebemos a presença de inter-relações e a pouca valia de um pensamento linear, que partisse de determinados axiomas e fosse deduzindo rigorosamente o que deve ser feito em situações particulares. Isto não quer dizer que o

pensamento dedutivo não tenha lugar na ética, mas o seu lugar é como parte, não detendo uma posição exclusiva.

Retornemos, agora, à nossa questão central: que tipo de saber está envolvido com a questão ética? A pergunta foi colocada na forma: será a ética uma ciência? Vamos enfrentar o desafio desta questão em três direções. Na primeira, vamos analisar os diversos espaços em que se coloca a questão ética. Na segunda, vamos indagar sobre a natureza do empreendimento científico. Na terceira, vamos buscar concluir sobre a natureza da indagação ética.

A ética realiza-se nos seguintes espaços:

1 - **Da atividade humana propriamente dita.** Trata-se do ato específico: quando decidimos se contamos ou não a verdade, se aceitamos ou não um suborno, se realizamos um trabalho ao qual faltam algumas características essenciais, o que viria se constituir provavelmente num logro. Este é o espaço de base: é este nível e esta ação que a consideração ética tem em vista. É algo que pode ser objeto de uma descrição fenomenológica. E também neste plano que se colocam as divisões interiores - entre o que tenho a fazer e o que devo fazer e também os sentimentos de angústia, culpa ou mesmo de superioridade moral.

2 - **Da reflexão ética.** Em parte, este espaço é algo como um subconjunto do anterior: aquele em que examinamos as questões que se encontram em jogo e tendemos a apresentar razões ou justificativas para os nossos atos. É verdade que, em certos casos, este espaço pode ser muito amplo e em outros quase se apagar diante do impulso de agir. Não quer dizer que o impulso seja unicamente no sentido de um agir imediatista. Pode-se manifestar também em termos de seguir uma norma ética, reflexo de um hábito fortalecido e repetido de agir eticamente.

3 - **Das normas ou dos códigos.** Este é o espaço do discurso e das instituições sociais em que se afirmam os deveres e expectativas. É um campo eminentemente complexo e difícil de ser separado dos grandes conjuntos ideológicos de natureza filosófica ou religiosa, de um lado, e, de outro, daquele que é dito e aceito nas práticas cotidianas da sociedade. Envolve, de uma parte, enunciados universais do tipo: "não fazer aos outros o que não queres que te façam" e também um conjunto de permissões que se distribuem entre os diversos grupos sociais, alguns mais rigorosos do que outros. São normas que permitem que se abandone aquelas de natureza mais universal - que podem ser resumidas na proibição de mentir, roubar e matar.



4 - **Dos conceitos éticos.** Trata-se, por assim dizer, dos termos que constituem o universo do discurso dos três espaços anteriormente assinalados. São por assim dizer os nós conceituais dos discursos éticos, dos juízes e das reflexões. Listemos alguns deles: liberdade, responsabilidade, culpa, dever, inclinação, virtudes e vícios, justiça e equidade, felicidade. De fato, trata-se de conceitos de natureza a um só tempo teórica e prática. São levados em consideração tanto nos atos de decisão quanto na sua análise e, especialmente, nas questões do próximo espaço a ser considerado.

5 - **Das teorias éticas.** Enquanto os códigos éticos afirmam que temos de atuar de determinado modo, seja por revelação divina, seja porque é costumeiro, as teorias éticas são elaborações filosóficas que se encaminham em três direções. A primeira é uma elucidação da natureza da situação ética, exatamente uma descrição e um esclarecimento do que consideramos como sendo o primeiro espaço anteriormente descrito. Ou, dito de outro modo: tem-se como objetivo distinguir uma situação ou um caso ético em relação a outros, como os casos estéticos, técnicos ou políticos. A segunda direção é uma elucidação conceitual: a teoria filosófica pergunta pelo que é a liberdade, o dever, a responsabilidade, a felicidade. Entretanto, esta elucidação conceitual encontra-se integrada com o objetivo primário das teorias éticas, qual seja: o de apresentar as razões para que obedeçamos às normas éticas. Em última análise, constituem exames e respostas as questões: O que é a vida humana? O que nos cumpre fazer?

Dirigindo-se agora à questão das ciências, importa elucidar que elas possuem duas orientações. De uma parte, as ciências da natureza estão voltadas para fornecer explicações dos fatos naturais do tipo físico, químico e biológico, através da elaboração teórica e do seu teste experimental. De outra parte, as ciências sociais e humanas ou como às vezes costumam ser chamadas: as ciências do espírito - estão menos voltadas para a explicação causal do que para a compreensão, através da interpretação de condutas e da apreensão de regras que são seguidas pelos atores sociais na economia, na política, nas interações em geral, na cultura etc.

Parece óbvio que o modelo das ciências naturais pouco ou nada tem a contribuir em relação a questões éticas. Entretanto, dada a amplitude de questões que são apresentadas às ciências e especialmente devido ao avanço da pesquisa sobre o cérebro, parece possível que sejam formulados projetos de pesquisa correlacionando características biologicamente moleculares a certos padrões de comportamento ou de desvios éticos. Neste particular, encontra-

se não sabemos dizer se um sonho ou uma obsessão antiga de obter da ciência os elementos de controle psicológico, social e, por extensão, éticos. Este caminho apresenta-se, no entanto, duvidoso e mesmo questionável.

Já a contribuição das ciências humanas e sociais é mais evidente, sendo que já foram chamadas, no passado, de ciências morais. De fato, é possível dizer que originalmente as ciências humanas exibiram ligações básicas com as questões morais. As ciências sociais apresentam duas faces. Uma delas é mais próxima das ciências naturais, buscando correlações explicativas. Por exemplo, ao tentar mostrar a relação entre o crescimento dos índices de criminalidade e alterações negativas no funcionamento do sistema econômico. Mas é na compreensão das formas de arranjo social ou humano e nas etapas das transformações que as ciências sociais e humanas encontram o seu lugar mais preciso.

Neste sentido, as ciências sociais e humanas podem contribuir e muito para entender situações como as, por exemplo, que têm vigorado no Brasil, com o afastamento dos padrões éticos. Para interpretar, de um lado, e dar conta do fato, de outro, integram dados históricos, informações psicossociais, apreendem padrões culturais e, desta forma, realizam uma síntese interpretativa.

Entretanto, o trabalho destas ciências não toma a forma positivista de uma constatação tática, pois o seu caráter interpretativo envolve um engajamento que podemos dizer de natureza filosófica. Para melhor esclarecer este engajamento, devemos discorrer brevemente sobre a natureza da interpretação.

O século XX é, sem dúvida, aquele em que o pensamento voltou-se para compreender a atividade de interpretação. E o século da psicanálise e do desenvolvimento das investigações sobre a hermenêutica, especialmente em termos das contribuições dos filósofos alemães como Heidegger e Gardner. O sentido fundamental das contribuições destes foi a concepção do chamado "círculo hermenêutico", ou seja, a idéia de que a interpretação é precedida de algumas concepções necessárias à sua realização. Ou seja, a interpretação realiza-se a partir de pressupostos que a tornam possível. Isto vale, certamente, para o esforço interpretativo das ciências humanas e sociais. E como estes pressupostos dizem respeito à natureza das relações humanas e sociais e possuem um fundo filosófico, parece aceitável hoje em dia a idéia de uma interpenetração entre as ciências humanas e sociais e a filosofia.

Neste sentido, a resposta à questão acerca de se a ética é ciência tem um sentido bastante ambivalente. Dada a amplitude das questões éticas, as operações do saber envolvidas são bastante variadas. Examinemos os diversos casos.

Relativamente à reflexão ética (item 2), podemos dizer que o que se encontra em jogo é uma espécie de sabedoria prática, através da qual se determina o que é para ser feito ou como se deve agir. Esta sabedoria prática apropria-se da experiência anterior, interpreta a situação, vale-se de exemplos, leva em conta os conhecimentos acerca dos códigos e normas em vigor - ou das críticas a eles feitas.

Relativamente às teorias éticas (item 5), a operação é essencialmente filosófica, desenvolvendo-se através de análises conceituais, descrições de base e formulações do problema ético. É muito importante destacar que a formulação do problema ético constitui a sua contribuição principal. Porque as visões filosóficas distinguem-se tanto mais pela sua formulação quanto pelas respostas que fornecem.

Relativamente às normas e códigos sociais, a operação é extremamente complexa, porque entram em jogo a sabedoria prática, as contribuições das práticas sociais e da revelação religiosa e os resultados científicos. E exatamente neste espaço que a problemática ética apresentasse mais viva em termos de suas conseqüências, isto é, dos efeitos sobre a vida individual, grupal e social.

Neste sentido, o enfrentamento da questão ética por uma sociedade faz-se através de uma arregimentação variada, com ênfase e importâncias diversas nas operações filosóficas, científicas e da sabedoria prática comum. No questionamento e no desenvolvimento da ética, todas estas formas de pensamento têm a sua contribuição a dar. Ocorre, entretanto, que em certos casos algum aspecto torna-se mais importante, ou então, encontra-se aquém da contribuição que poderia dar. No caso brasileiro, dadas as condições especiais em que estamos vivendo, encontramos-nos carentes em todos os setores e há que realizar um desenvolvimento em várias direções.

Disponível em: <[http://www.portalmédico.org.br/include/biblioteca\\_virtual/des\\_etica/1.htm](http://www.portalmédico.org.br/include/biblioteca_virtual/des_etica/1.htm)>.  
Acesso em: 12 ago. 2011.

## UNIDADE II - A ÉTICA E A CIDADANIA

*“Pode-se fazer política com ética e respeito ao cidadão. Para tal, basta ter decência e caráter!”*

Joel Vieira Caldas

Segundo a Constituição Brasileira de 1988 no seu Título I, Dos Princípios Fundamentais, Art. 1º, Vade Mecum (2009, p. 7), diz que:

A República Federativa do Brasil, formada pela União indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos:

I. a soberania;

**II. a cidadania;**

III. a dignidade da pessoa humana;

IV. os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa;

V. o pluralismo político.

Também os artigos 5º e 6º da mesma Lei Magna, garante aos brasileiros direitos que se respeitados pela Sociedade e pelo Estado, vai importar em um fundamento muito importante que é a cidadania.

Art. 5º - Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

[...]

Art. 6º - São direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição.

Mas, afinal de contas, o que é Cidadania e de que forma a ética está implicada nesse contexto? A princípio será trazido à baila um conceito de cidadania, para que as questões éticas, agregadas à mesma, sejam entendidas.

Cidadania se configura como um estado pleno do gozo dos direitos? Mas em que se inserem esses direitos? Direito do voto; direito de ser votado; direito de ir e vir. Porém, as formas de direitos vêm muito mais além do que estes elencados. O direito de participar das benesses de uma vida digna perpassa pela questão da cidadania. É importante que cada pessoa, como preleciona a Constituição de 1988, tem que ter dignidade. E dignidade deve ser casada com cidadania, pois quando se é cidadão, automaticamente se é digno se tem todos os seus direitos respeitados. O que vige na Constituição Federal de 1988 denota as possibilidades intrínsecas que remetem cidadania e dignidade. Mesmo falando em direitos para que se configure o que se

chama de cidadania, esta, porém, vem imbuída de deveres. Pois uma cidadania completa se adquire com cumprimento de deveres. Pois existem pessoas que estão preocupadas unicamente, com os direitos, esquecendo-se de que existem deveres a serem reparados e cumpridos.

Relevante se faz imprimir um conceito de cidadania para que haja melhor compreensão, que de acordo com Wikipedia (2011):

Cidadania (do latim, *civitas*, "cidade") é o conjunto de direitos e deveres ao qual um indivíduo está sujeito em relação à sociedade em que vive. O conceito de cidadania sempre esteve fortemente "ligado" à noção de direitos, especialmente os direitos políticos, que permitem ao indivíduo intervir na direção dos negócios públicos do Estado, participando de modo direto ou indireto na formação do governo e na sua administração, seja ao votar (direto), seja ao concorrer a um cargo público (indireto). No entanto, dentro de uma democracia, a própria definição de Direito, pressupõe a contrapartida de deveres, uma vez que em uma coletividade os direitos de um indivíduo são garantidos a partir do cumprimento dos deveres dos demais componentes da sociedade. Disponível em: <<http://pt.wikipedia.org/wiki/Cidadania>>. Acesso em: 7 dez. 2011.

A cidadania na verdade configura-se uma prerrogativa do ser ético. A ética e a cidadania estão atreladas, uma corroborando com a outra no sentido de aparelhar o ser humano de recursos que os coloquem em situação de bem-estar e com suas necessidades atendidas. Mas para se aprender a ser cidadão, o indivíduo precisa aprender, através da educação, primeiro em casa e depois na escola, com respeitar e ser respeitado. São lições importantes, que vêm ratificar todos os empreendimentos relativos à vida em sociedade. De acordo com o magistério de Araújo e Lodi (2007, p. 69):

Aprender a ser cidadão e a ser cidadã é, entre outras coisas, aprender a agir com respeito, solidariedade, responsabilidade, justiça, não-violência, aprender a usar o diálogo nas mais diferentes situações e comprometer-se com o que acontece na vida coletiva da comunidade e do país. Esses valores e essas atitudes precisam ser aprendidos e desenvolvidos pelos estudantes e, portanto, podem e devem ser ensinados na escola.

Como se vê, a escola é a grande propulsora, a grande suscitadora da ética e da cidadania. Atrelada ao contexto familiar de cada pessoa, a ética e a cidadania tomam vida de verdade no contexto escolar, capitaneadas por profissionais capacitados e com a sintonia e afetividade voltadas para emoldurar essas questões.

A cidadania na verdade é uma construção de valores, imbricados no respeito, na moralidade, no diálogo, na sabedoria. Saber que cada um ser é diferente do outro e, que, a grande descoberta é administrar bem as diferenças que fazem parte de cada pessoa ou cada indivíduo. Saber-se diferente e mesmo assim ter respeito pelo outro torna cada um ético na sua

especificidade. Não se propugna aqui pela perfeição de cada pessoa, mas que através do respeito, as coisas vão sendo conversadas e os problemas e dúvidas dirimidos. Cada caráter deve ser burilado nas concepções éticas, embora isto, muitas vezes, torne-se difícil.

A violência, por exemplo, acontece quando não se respeita as diferenças, quando a ética é algo desconhecido e quando o direito de ser cidadão, ou excesso destes se configuram como prerrogativa para sua prática. É inexorável a prática da violência quando o sentido de ética e cidadania não são respeitados e vivenciados por qualquer membro da sociedade.

Outros fatores preponderantes na construção da cidadania são a solidariedade, a justiça, a liberdade. E muitas vezes esses direitos são cerceados por uma sociedade injusta e elitista, por que não dizer egoísta, egocêntrica, que avilta a capacidade das pessoas de enxergarem aonde poderá ir.

A democracia é outro pressuposto para se construir uma sociedade justa e cidadã. O poder de expressão que vem estatuído na Constituição Federal de 1988 mostra claramente que sem democracia, dificilmente haverá pessoas cidadãs. Nesse contexto, a ética também se faz presente. É a ética quem dá o jeito e a forma da democracia existir e ser plena a todos e a todas.

A cidadania, portanto, deve ser algo crescente em que toda a sociedade deve dar sua parcela de contribuição, para que todos os direitos, segundo Góes e Santini (2009, p. 151), civis, sociais e políticos das classes trabalhadoras e de toda a população sejam garantidos, visto que constam amparados pela Constituição de 1988. Outra referência vem de Paiva (2005, p. 187) que no seu magistério assevera que:

Comprometermo-nos com a cidadania implica apreendê-la na sua real significação, o que seguramente exige a ultrapassagem da orientação civil e política imposta pelo pensamento liberal, e, como tal, a superação dos limites engendrados pela reprodução das relações sociais no capitalismo. A cidadania, de acordo com a nova acepção ético-política proposta, consiste na universalização dos direitos sociais, políticos e civis, pré-requisitos estes fundamentais à sua realização.

Quando a cidadania se torna plena, bem se vê que os direitos a ela inerentes são respeitados, cumpridos e propagados.

Muitas são as dificuldades encontradas, a despeito do que vem no arcabouço jurídico, ético e moral, acerca dos cumprimentos do que se propõe para a cidadania. As inserções são diversas nesse contexto, mas não estão totalmente cristalizadas. Ainda se vê muita vulnerabilidade. O descaso com essas questões são ímpares e de difícil aporte. Nesse diapasão

tem a luta insigne pelos direitos humanos, da complementação à defesa das lutas sociais e políticas que respaldam a cidadania. Esta vilipendiada por um sistema sórdido e causticante como é o capitalismo selvagem visto na economia do Brasil e do Mundo.

Meteoricamente agregam-se os novos preceitos vinculados ao significativo histórico de democracia, da liberdade e da fraternidade, todos vindos das lutas iminentes das classes sociais.

Numa retomada desses valores, desses pressupostos, encontra-se a cidadania que não vem isolada, mas agrupa-se aos conceitos da ética, da valorização do ser humano e das respostas pertinentes aos apanhados gerais do que se convencionou na justiça social, na diversidade de classe, raça, e no respeito à Declaração Universal dos Direitos Humanos.

## LEITURA COMPLEMENTAR – TEXTO Nº 02

### ÉTICA E DIREITOS HUMANOS

*Roberto A. R. de Aguiar*

A discussão sobre o problema das relações entre ética e direitos humanos exige uma conceituação prévia de termos, a fim de que não caiamos em idéias formalistas, que só servirão para tornar a análise retórica. Antes de tudo, é preciso lembrar que na filosofia e nas ciências sociais, Heráclito superou Parmênides, isto é, o movimento e a transformação se impuseram diante das essências imutáveis e fixas. O ser humano é um ser no tempo, que nele se transforma e constantemente se constitui. O tempo humano denomina-se história. Logo, valores, instituições e direitos só podem ser estudados e praticados no interior da historicidade, já que o ser humano está sempre *in fieri*.

Outro ponto que deve ser previamente tratado é o da necessária eliminação de um entendimento da sociedade como um todo harmônico formado de individualidades. As sociedades humanas são complexas e os seus membros se atraem ou se repelem em função de sua pertinência. O homem só não existe, mesmo quando solitário. Para se construir e entender-

se, o homem precisa pertencer. Essa pertinência vai desde a linguagem, passa pelos grupos e classes sociais e invade as culturas, os saberes, e até mesmo as idiosincrasias. As sociedades não são essencialmente harmônicas. Elas estão sempre se transformando a partir dos conflitos e das contradições que a fazem mover e se transformar. Assim, as sociedades funcionam, muito mais, pela lógica das contradições do que pela lógica da identidade.

À luz desses primeiros entendimentos é que os direitos devem ser vistos. Não mais direitos que apenas se cristalizam em leis ou códigos, mas que se constituem a partir de conflitos, que traduzem as transformações e avanços históricos da humanidade. Não podemos mais entendê-lo como fruto de uma sociedade abstrata de sujeitos individuais, mas como a expressão coativa de tensões e contradições engendradas pelos embates de interesses e projetos de grupos sociais. O direito, para ser entendido em sua concretude, necessita de ser visto sob o ângulo do contexto que lhe deu origem, dos processos que o constituíram, das formas como foi normatizado e dos efeitos que gera nas sociedades.

Outro ponto importante que não deve ser desconsiderado é o da evidente natureza valorativo-ideológica do direito. Tratar de direito significa tratar de concepções do mundo e do homem, tratar de escolhas valorativas de condutas a serem premiadas, ou punidas, tratar das concepções de sociedade e Estado. Assim, é inarredável a dimensão ética ou antiética do direito, dependendo do olhar do grupo social que o encara.

O direito é um fenômeno complexo. Muitas vezes ele é confundido com lei, que é uma de suas expressões - o denominado direito positivo. Mas o direito também está se fazendo no dia-a-dia das sociedades por aqueles que estão excluídos de suas normas. Daí podermos concluir que o direito positivo, por expressar os comandos de quem detém o aparelho do Estado, não tutela o bem de todos, mas daqueles que pertencem aos grupos hegemônicos em dada sociedade. Isso não quer dizer que outros direitos não estão surgindo pelas lutas, reivindicações e pressões dos que se organizam para ter seus direitos consignados.

O "humano" não é um conceito unívoco. O entendimento que os seres humanos têm de si, individual e coletivamente, varia no tempo, no espaço e nas culturas. Logo, falar em direitos humanos no século XVIII francês não tem o mesmo significado de tratar o mesmo tema, hoje, no Brasil. As mudanças históricas impuseram novos problemas e novos entendimentos que propiciam outro referencial para os direitos humanos.



A Grécia nos legou a primeira criteriologia para se aferir a justiça ou não do direito. Quando os sofistas distinguiram *logos de nomos*, isto é, a lei natural da lei humana, introduziram um modo de aferir a justiça e adequação das leis da sociedade. Justa seria a lei humana que não desobedecesse aos ditames da lei natural. Isso pressupunha a existência de um universo imutável, com leis eternas, às quais as leis humanas deveriam se subordinar. Está aí uma das fontes do que hoje se entende por direito natural.

Esse entendimento foi complementado, mais tarde, pelo pragmatismo romano, que, tratando das relações entre os homens, definiu Justiça como *honesta vivera, alteram nan laedere, suum cuique tribuere*, traduzindo: viver honestamente, não lesar o outro, dar a cada um o que é seu. Percebe-se aí, por detrás de uma expressão aparentemente edificante, uma estratégia de exercício de poder, pois nela não estão definidos os valores da honestidade, quem é o outro e qual o seu de cada um. Assim, com essa conceituação de Justiça, Pinochet ou Hitler poderia justificar suas ações. Mas será na Grécia e em Roma que o conceito de cidadania vai ser utilizado no âmbito político-jurídico. Esse conceito tinha um tom bem diferente do atual. O cidadão grego, mesmo na áurea época de Péricles, em Atenas, era o nascido de família cidadã de determinada cidade-estado. Os escravos, os estrangeiros, os "periecos" moradores da periferia, não eram cidadãos. Numa cidade-estado, era ínfima a percentagem de cidadãos, o que evidencia a presença de uma cidadania oligárquica nessas cidades. O mesmo pode ser dito de Roma, que dividia seu direito entre Jus Civile, ou direito dos cidadãos, e Jus Gentium, o direito das gentes ou daqueles que não eram cidadãos, que obviamente tinham menos direitos que os primeiros. Só na época de Caracala a cidadania foi estendida a todos que habitassem os territórios ocupados pelo Império Romano.

Na Idade Média feudal o sentido de direito e de cidadania passa por profundo retrocesso. Inicialmente pela aceitação de uma outra esfera de leis, isto é, não mais as leis humanas e naturais, mas, acima de todas elas, as leis divinas. Com isso, foi consolidada a hegemonia ideológica e política da Igreja, enquanto nos feudos vigia o mais violento absolutismo do senhor, que era a fonte única das normas que lá vigiam, obedecendo tão-somente aos ditames divinos traduzidos pela Igreja. Ora, como a Igreja também era senhora feudal, ela não iria enfraquecer as relações entre os senhores (suserania e vassalagem), nem diminuir os seus poderes no interior dos feudos. De qualquer modo, o que pode ser inferido dessa situação é que

os princípios éticos que eram passados pela Igreja tinham um caráter individual, já que o direito não era dos homens, mas sim de Deus, pois sua fonte era a divindade que falava e ordenava pelas bocas dos sacerdotes e dos senhores feudais. O campo ético estava apartado do ser humano, uma vez que era a vontade divina o árbitro da justiça dos direitos.

O declínio do feudalismo e o surgimento de uma nova classe que não mais baseava sua riqueza na terra, mas no dinheiro - a burguesia -, ensejará o aparecimento de novos valores que vão propiciar a reutilização do direito romano, abandonado pelas práticas sociais do feudalismo. O mercantilismo nascente repôs o direito no âmbito dos homens, que deveriam criar normas para regular as novas relações econômicas que surgiam. Mas é preciso ressaltar que será esse mesmo grupo que, em aliança com o maior suserano - o rei - vai dar origem à unificação dos feudos sob um só comando, fazendo emergir, pela primeira vez na história, os estados nacionais, com uma configuração próxima à dos atuais. Tais estados, a partir do século XIV, vão ser governados por reis absolutistas, que também se tornam a fonte única do direito. Eles são a fonte única porque a justificativa de suas presenças no poder está no fato de eles terem sido escolhidos por Deus. É o momento da emergência das diversas teorias justificadoras da origem divina do poder. Só as normas menores relativas aos negócios eram costumeiramente estabelecidas pela burguesia, que detinha grande parte das riquezas nas mãos, mas não participava do poder político. É nesse momento da história que o lucro passa a ser padrão de justiça. A riqueza passa a ser marca de virtude. Tanto isso é verdade que os movimentos de reforma protestante adequam o cristianismo às perspectivas burguesas, fazendo cair a vigência da bula papal, que proibia o lucro para os cristãos. A República de Calvino é um exemplo claro dessa nova situação. Para exemplificar juridicamente essa característica, lembramos o surgimento, nessa época, da curatela dos pródigos. Quem eram os pródigos? Eram os loucos do mercantilismo, a se usar a expressão de Foucault. Eram aquelas perigosas pessoas que dissipavam seu patrimônio, que afrontavam o sagrado princípio do lucro e da intermediação vantajosa de mercadorias, origem da riqueza para os economistas da época.

Mas essa estrutura tão sólida de relações sociais, a partir do século XVII europeu, começa a ser trincada. O racionalismo progressivamente emerge, reivindicando para os homens portadores da razão a condução dos assuntos econômicos, sociais e políticos. Ao mesmo tempo, uma nova burguesia entra em cena, a industrial, que já não mais acreditava na intermediação das

mercadorias como origem da riqueza, mas deslocava esta origem para a produção de bens. Para essa burguesia não mais serviam os monopólios do rei, nem a simples detenção do poder econômico. Era preciso, para otimizar essa nova intervenção econômica no mundo, que ela detivesse também o poder político.

Eis o momento da eclosão das chamadas revoluções burguesas: a Revolução Gloriosa, de 1688, na Inglaterra; a Independência Americana, em 1776, que criou os Estados Unidos da América do Norte; e a Revolução Francesa, de 1789, que originou a declaração dos direitos humanos, mais conhecida - a Declaração dos Direitos 'do Homem e do Cidadão - e propiciou o aparecimento do documento legal que vai ser a base de grande parte das legislações ocidentais: o Código Civil de Napoleão, de 1810.

A Revolução Gloriosa, ainda no século XVII, derruba o absolutismo monarca, inaugurando a monarquia constitucional. A lei já não é mais a palavra de Deus pela boca do rei. A lei é produto da razão e ela está acima do rei. Esse deslocamento de posição da lei abre espaço para o constitucionalismo moderno e propicia à classe burguesa ditar as normas segundo seus interesses, projetos e valores. O rei tem de governar segundo os princípios e mandamentos da burguesia. A Revolução Americana traz para a modernidade a questão democrática, que havia sido esquecida por longo tempo. Os burgueses da colônia já não mais suportavam as imposições da metrópole inglesa. A Revolução Francesa consigna um conjunto de princípios éticos em sua Declaração que vai ser base e bandeira para inúmeros movimentos de independência pelo mundo.

Mas, o homem do iluminismo era um desterrado. Ele já não tinha mais a segurança de um cosmos hierarquizado medieval, não possuía a segurança de Deus e era considerado como um átomo individual, que financiava a produção ou vendia sua força de trabalho. Sua única missão é a de transformar o mundo por seu trabalho. É a partir disso que a ciência passa a ter importância crescente, a fim de melhorar os processos produtivos, renovar a organização dos poderes e manter os trabalhadores com o mínimo de condições para produzir. Nesse quadro, alguns direitos humanos passam a ser paradigmáticos: o direito à liberdade, o direito à segurança pessoal, o direito a um julgamento justo, o direito à privacidade, à inviolabilidade do domicílio, à nacionalidade, à propriedade, a livre expressão do pensamento, dentre outros.

Percebe-se que tais direitos humanos eram essencialmente individuais, já que o ser humano era entendido como um indivíduo racional portador de uma vontade livre. Ainda a concretude social não havia sido atingida, apesar dos evidentes avanços na consignação e respeito a direitos assegurados como invioláveis.

Os valores éticos ali consignados eram os da liberdade, entendida de uma forma concorrencial e justificadora da força, conforme a expressão, até hoje muito usada, segundo a qual minha liberdade termina onde começa a liberdade do outro; da propriedade, para que se evitassem danos a um dos institutos fundamentais do modo de ser e de produzir da burguesia; da segurança, com o fito de se evitar que um novo absolutismo viesse a desconstituir as conquistas alcançadas; da igualdade, baseado no fato de todos os seres humanos serem portadores de razão e vontade livre. Esses valores traduziam as concepções vigentes da burguesia e significaram a definitiva laicização dos direitos, que passam a ser dos homens, construídos por eles para regular suas relações, segundo princípios racionais.

A Primeira Revolução Industrial fez emergir, com clareza, novas relações sociais de produção. Capital e trabalho se situam em campos contraditórios, uma vez que o lucro da produção, na época, vinha da exploração brutal da força de trabalho. Os operários das indústrias trabalhavam em situações ignóbeis, com salários vis, sem quaisquer direitos estabelecidos. O deus mercado, hoje redivivo, para a burguesia, dirigia a sociedade com sua "mão invisível". A dimensão social dos direitos humanos ainda não tinha sido pensada, uma vez que eles eram prerrogativas dos cidadãos individualmente considerados.

É a partir desse conflito que os trabalhadores passam a se organizar laboral e politicamente para conseguir mínimos direitos. Ao lado disso, Marx, fundindo as contribuições dos economistas ingleses, dos socialistas libertários e do idealismo alemão, consubstancia um pensamento que é explicação e bandeira mobilizadora de luta para os trabalhadores. Os direitos já não são mais de Deus, da Natureza, do homem burguês ou da Razão. Ele é fruto das lutas dos homens concretos, que tentam buscar a justiça pela consignação de novas pautas de prerrogativas. Não mais a democracia formal, mas a democracia social; não mais a liberdade como confronto de espaços individuais, mas a libertação crescente dos seres humanos em busca de sua dignidade e de sua plenificação existencial; não mais o direito de escolher trabalho, mas o direito de obter os frutos desse trabalho; não mais a segurança do patrimônio, mas a segurança da

vida; não mais o direito de participar da ordem pelo trabalho, mas de construir novas ordens sociais sob a égide do proletariado crescentemente organizado; não mais a igualdade nacional dos cidadãos, mas a solidariedade proletária internacional. Esses conflitos inauguraram a preocupação com os direitos humanos sociais, que serão, muito mais tarde, consignados na Declaração Universal dos Direitos do Homem, de 1948. Nela encontramos os novos valores éticos traduzidos pelos direitos de reunião e associação, de governar, eleger e ser eleito, de previdência social, de trabalho, de condições justas e favoráveis de trabalho, de proteção contra o desemprego, de remuneração justa e satisfatória, de organização de sindicatos, de repouso, lazer, férias remuneradas e limite razoável das horas de trabalho, além dos direitos à saúde, instrução, bem-estar, alimentação, vestuário, habitação, cuidados médicos e aos benefícios do progresso científico, dentre outros. Percebe-se que o entendimento do ser humano mudou. Ele é compreendido como um ser social, portador de uma dignidade individual e coletiva, um ser produtor imerso em relações desiguais e de opressão, o que obriga aos direitos humanos tentar garantir as prerrogativas dos explorados, dos reprimidos e dos oprimidos, procurando relações políticas e laborais mais justas. A justiça passa a ter como critério o reconhecimento entre os homens, a aceitação segundo a qual sua igualdade não é uma questão geométrica, mas social, econômica e política. O homem abstrato e individual das primeiras declarações de direitos é substituído pelo homem concreto, imerso nas contradições sociais. A liberdade sai da dimensão de essência ou dádiva, para ser conquista diuturna. A cidadania é estendida a todos, e a democracia, muito mais que um jogo de pesas e contrapesos formais, passa a ser um direito inalienável do ser humano, que a cria e inventa a cada passo da história. O ser humano, pela nova Declaração, passa a ser sujeito da história.

A contemporaneidade vai urdindo novas situações que demandam por novas opções éticas e pela consignação de novos direitos. A produção apresenta sua clara dimensão fáustica, a se usar a expressão de Marshall Bermann. Quanto mais ela avança, mais ela destrói, em um processo entropisante assustador. As distâncias sociais entre os países desenvolvidos e os subdesenvolvidos aumentam de modo devastador, não somente a partir de seus indicadores econômicos, como também por sua produção de saber, o que faz alguns autores vislumbrarem uma terceira fase do capitalismo traduzida pela produção de know how. Ao mesmo tempo, o ser humano chegou à sofisticação de poder se suicidar enquanto espécie zoológica pelas armas que

ele próprio produz e, cada vez menos, controla. Os anos 30 voltam sinistros com a reaparição agressiva dos racismos. As distâncias sociais nos países subdesenvolvidos são assustadoras, uma vez que uma íntima minoria detém parcela significativa dos bens. É o caso do Brasil, onde cerca de 1% da população detém mais de 17% dos bens. A criança e o adolescente tornam-se, assim como os velhos, marginais no crescente processo de urbanização dos países periféricos. A saúde pública, como não se enquadra na lógica do mercado, apresenta gravíssimos problemas. O meio ambiente e a qualidade de vida são degradados por um processo produtivo sujo, que atinge, com mais força, os países menos desenvolvidos. Problemas como esses suscitam o aparecimento de direitos humanos de terceira geração, que não estão contidos na Carta de 1948, mas estão se constituindo perante essas novas situações que as contradições sociais engendram.

A grande questão ética imbricada no breve relato até aqui feito é a de optarmos sobre questões valorativas que não admitem meio termo. Estamos ao lado da vida ou da morte, em termos de conduta e não somente no discurso? A opção pelo valor vida significa a luta concreta no sentido da preservação e melhor qualidade de vida, no campo dos direitos humanos. Optamos pela invenção democrática, ou pela preservação das leis autoritárias iníquas? A opção ética que fizermos nos levará a uma participação, enquanto cidadãos organizados, na construção de uma sociedade participativa, com maior igualdade, onde o poder político esteja centrado na coletividade. Esta é uma forma de constituir a liberdade no processo histórico. Procuramos participar em nossa categoria profissional como seu agente transformador e a promovemos como agente coletivo de concretização dos direitos humanos? Tais perguntas podem, à primeira vista, parecer personalistas. Mas não podemos nos esquecer que os direitos só podem ser concretizados por uma ação ético-política. O recente caso do *impeachment* presidencial mostra a correlação necessária entre ética, política e direito. Não é possível tratarmos direitos humanos, ou mesmo o direito positivo, sem que nos refiramos a ideologias, valores, projetos históricos, opções existenciais coletivas e pessoais. Também não é possível entendermos direitos, sem que tenhamos em mente que os direitos sempre são políticos, já que são normas de controle de poderes, ou são pautas ainda não realizadas pelos poderes sociais ou, ainda, são prenúncio de novos poderes.

Se empobrecermos a ética, deixando-a para o campo dos mandamentos dos códigos, se admitirmos o direito tão-somente como um conjunto de leis de um dado Estado, toda esta

discussão não tem sentido, pois retira a ética de seu papel de expressão valorativa do crescimento humano e coloca o direito como mero conjunto de procedimentos rituais sintáticos.

A luta passa pela movimentação no sentido do respeito aos direitos que já estão consignados na Constituição e desborda pela construção solidária de uma sociedade em que a justiça signifique o fim das repressões, das opressões, dos preconceitos, das desigualdades sociais, da degradação ambiental e humana, do desrespeito ao trabalhador, a criança, ao sem-terra, para citar alguns exemplos, e promoção da vida e da dignidade humana. Isso quer dizer que a luta é contínua, árdua, difícil, e exige de nós, a todo tempo, a construção e reconstrução ética, se optarmos pela concretização dos direitos humanos da história.

Disponível em: <[http://www.portalmedico.org.br/include/biblioteca\\_virtual/des\\_etica/5.htm](http://www.portalmedico.org.br/include/biblioteca_virtual/des_etica/5.htm)>.  
Acesso em 12 dez. 2011.

## UNIDADE III - A ÉTICA E A EDUCAÇÃO

*“Educação é o conceito que transforma o ser humano, apto a viver em sociedade, em condições dignas, modificando sua intelectualidade, dando a ele base a ser não um repetidor de idéias e sim um elaborador.”*

Edimárcio da Silva Souza

No capítulo anterior falou-se sobre ética e cidadania, sendo que foi utilizado o amparo legal para se discorrer sobre o referido tema. A Constituição Federal de 1988 foi bastante utilizada para mostrar o caminho que deve ser percorrido para que a ética, agregada à cidadania, ou melhor, como suscitadora da cidadania, deu seu toque relevante para que haja cumprimento dos preceitos que regem as potencialidades inerentes do viver em sociedade. Neste capítulo será mostrado como a ética e a educação, estão superpostas num direcionamento em que a sociedade deve se pautar para que as relações sejam menos conflitantes e o respeito ao outro seja um elemento de convicção, e, não só um elemento de convenção e que, a harmonia seja o ponto de toque entre educação e a vida em grupo.

No momento em que alguém recebe educação, automaticamente a ética deve ser inserida em sua vida, para que haja entendimento da vida em grupo, do respeito às outras pessoas, dos valores que vêm agregados e do aprendizado que é imprescindível a cada um numa vida em sociedade.

A busca incessante pelo poder, a inversão de valores que muitas vezes se instalam em muitos membros da sociedade, devem ser emersos nesse contexto em que as pessoas se esquecem que o seu direito termina onde o do outro começa. Porém, a educação deve vir balizada de outros fatores para que consiga resguardar os valores propugnados pela ética e pela cidadania.

A escola um dos instrumentos vivos da educação tem uma parcela muito grande de contribuição para que a ética seja efetivada. Os educadores são personagens relevantes nesse processo de ensino/aprendizagem do qual a ética se insere num cenário de vivências e convivências incessantes e que aí cabem alguns paradigmas resultantes da vida em grupo. Como esses fatores se remetem no contexto educacional. Segundo os Parâmetros Curriculares Nacionais (1998, p. 61):



Trazer a ética para o espaço escolar significa o desafio de instalar, no processo de ensino e aprendizagem que se realiza em cada uma das áreas de conhecimento, uma constante atitude crítica, de reconhecimento dos limites e possibilidades dos sujeitos e das circunstâncias, de problematização das ações e relações e dos valores e regras que os norteiam. Configura-se, assim, a proposta de realização de uma educação moral que proporcione às crianças e adolescentes condições para o desenvolvimento de sua autonomia, entendida como capacidade de posicionar-se diante da realidade, fazendo escolhas, estabelecendo critérios, participando da gestão de ações coletivas. O desenvolvimento da autonomia é um objetivo de todas as áreas e temas transversais e, para alcançá-lo, é preciso que elas se articulem. A mediação representada pela Ética estimula e favorece essa articulação.

É significativo ressaltar que a construção da ética deva ser permeada pela autonomia de cada um. Os saberes, as realizações e os aprendizados são fatores que devem ser determinantes na construção da ética através de sujeitos autônomos, confiantes e concisos dos seus direitos e deveres, como foram relatados alhures. A autonomia vem da educação. Uma educação não limitante. Uma educação em que o sujeito seja protagonista de todo o processo educativo. Uma educação em que cada um saiba o seu papel e tenha toda uma deferência com o papel executado pelo outro.

Entender toda essa conjuntura de valores éticos não é uma tarefa fácil. Precisa ser construída paulatinamente. Com inserções cabíveis no contexto da família (primeiro contato de cada pessoa) e depois na sociedade e escola. A família tem o papel primordial na educação e na construção da ética de cada ser. É no seu seio que as atitudes vão sendo moldadas e o indivíduo vai sendo burilado, para então, depois, ser inserido na sociedade e conseqüentemente no contexto escolar. Freire (1996, p. 33) enfatiza que:

É por isso que transformar a experiência educativa em puro treinamento técnico é amesquinhar o que há de fundamentalmente humano no exercício educativo: o seu caráter formador. Se se respeita a natureza do ser humano, o ensino dos conteúdos não pode ser alheio à formação moral do educando. Educar é substantivamente formar. Divinizar ou diabolizar a tecnologia ou a ciência é uma forma altamente negativa e perigosa de pensar errado. De testemunhar aos alunos, às vezes com ares de quem possui a verdade, um rotundo desacerto. Pensar certo, pelo contrário, demanda profundidade e não superficialidade na compreensão e na interpretação dos fatos. Supõe a disponibilidade à revisão dos achados, reconhece não apenas a possibilidade de mudar de opção, de apreciação, mas o direito de fazê-lo.

Portanto, é cabível uma educação democrática por assim dizer, no que tange às questões éticas, observando assim, as vivências de cada um na sua especificidade. A educação precisa ser transformadora, suscitadora de novos paradigmas e que respalde as várias nuances implementadas em cada pessoa. A vida em sociedade dá a cada um, significados divergentes, incorporados em projetos e mecanismos que visam aglutinar conhecimentos e valores para que

todos possam agregar experiências que levarão para vida inteira. A escola é um desses mecanismos que, em todos os momentos se socializam experiências onde todos ensinam e aprendem, formando assim um aglomerado de saberes que se intensificam com a história da educação no Mundo e no Brasil.

As instituições são relevantes na formação do ser humano. Ele vive situações com caracteres diferentes para a boa ou má formação da sua vida. A família, a educação e a sociedade são instituições diferenciadas, mas que têm pontos de convergências bastante úteis para a formação ético-moral do indivíduo. A formação de cada um tem caráter, filosófico, cognitivo, afetivo e moral. Esses valores são necessários para uma vida saudável dentro do contexto social.

Em diversas culturas, a forma como cada um se comporta, pode significar para outros como falta de educação e falta de ética. Há uma diversidade de condutas e comportamentos que são vistos por outras pessoas como mal educadas e antiéticas. Daí a necessidade de ensinamentos para que todos possam respeitar essas diversidades culturais e comportamentais de cada pessoa ou cada sociedade. Os PCN (1998, p. 63) elucidam que:

Os diversos valores, normas, modelos de comportamento que o indivíduo compartilha nos diferentes meios sociais a que está integrado ou exposto colocam-se em jogo nas relações cotidianas. A percepção de que determinadas atitudes são contraditórias entre si ou em relação a valores ou princípios expressos pelo próprio sujeito não é simples e nem óbvia. Requer uma elaboração, implicando reconhecer os limites para a coexistência de determinados valores e identificar os conflitos e a incompatibilidade entre outros.

A forma de operar com a diversidade de valores por vezes conflitantes também é dada culturalmente, ainda que do ponto de vista do sujeito dependa também do desenvolvimento biopsicológico. Os preconceitos, discriminações, o negar-se a dialogar com sistemas de valores diferentes daqueles do seu meio social, o agir de forma violenta com aqueles que possuam valores diferentes, são aprendidos.

Esse aprendizado muitas vezes é complicado, dependendo do contexto de cada indivíduo. Os ataques a pessoas de opção sexual diferentes, de etnias diversas, de classe social e cor diferente das consideradas padrões (vez que padrões não existem nesse sentido), causam certo desconforto e, portanto, a ética tantas vezes ensinada, cai por terra, dando lugar à intolerância e a violência. Entender esses pressupostos de convivência com o diferente é o grande desafio da educação e os seus ensinamentos são fundamentais para que os problemas sejam evitados.

Vive-se numa sociedade capitalista, pós-moderna e quase toda informatizada. Fala-se na evolução do homem, dos seus feitos científicos e tecnológicos. Mas, o mais importante, esquece-

se de agregar o padrão ético nessas discussões. A ética e a educação são primordiais na construção de paradigmas de vivências em grupo. Entender as diferenciações de cada comportamento é difícil, mas deve ser aprendido cotidianamente. Respeitar o outro, colocando-se no seu lugar, numa empatia, é a forma de se ressuscitar a paz e o bem-estar geral. Isto sem, no entanto, sem vitimizar as pessoas. Sem torná-las coitadas e sim, seres atuantes de um universo globalizado diferenciado.

Dentre as organizações que cada um tem desde nascimento até sua morte, a escola é de suma importância na vida de cada um. Espera-se muito dessa instituição. Entende-se que a mesma agrega valores tantos, alguns deixados de serem ensinados no contexto familiar. Ainda sob as conjecturas dos PCN (1998, p. 63):

A escola, como uma instituição pela qual espera-se que passem todos os membros da sociedade, coloca-se na posição de ser mais um meio social na vida desses indivíduos. Também ela veicula valores que podem convergir ou conflitar com os que circulam nos outros meios sociais que os indivíduos frequentam ou a que são expostos. Deve, portanto, assumir explicitamente o compromisso de educar os seus alunos dentro dos princípios democráticos.

É nessa situação que está o grande desafio da instituição escola enquanto veiculadora da educação e dos propósitos éticos e morais. Portanto, precisa ser legitimada enquanto mecanismo da eloquência do contexto educacional. Por isso não pode ser limitante. A escola precisa de um *plus*, pois na maioria das vezes, cabe-a a educação e formação de indivíduos, estes menosprezados pela família e pela sociedade. Porém, deve-se ressaltar que a escola não tem o condão de ensinar tudo, muito menos de abarcar funções, antes de responsabilidade da família e agora sob sua responsabilidade. É humanamente impossível exercer tantos papéis que de antemão devem ser representados por vários atores. A lacuna quando isso acontece vai existir e aí é que está o perigo das coisas não acontecerem de forma correta e propícia à boa convivência dos seres em sociedade.

A dimensão do papel da escola é limitante a partir do momento que se entende que uma instituição sozinha não tem a capacidade resolver e dirimir todos os conflitos existentes na vida em sociedade. A escola não tem condição de imprimir educação individualmente. Educação se dá em conjunto. E é nesse contexto de agrupamento, que a ética vem delinear as regras de convivência e de boa conduta entre todos.

A escola deve ser entendida como parte de um conjunto em que as pessoas exercem os seus papéis de forma a agrupar valores éticos e morais em prol do bem comum. Os PCN (1998, p. 63) enfatizam que:

Se entendida como apenas mais um meio social que veicula valores na vida das pessoas que por ela passam, a escola encontra seu limite na legitimidade que cada um dos indivíduos e a própria sociedade conferir a ela. Se entendida como espaço de práticas sociais em que os alunos não apenas entram em contato com valores determinados, mas também aprendem a estabelecer hierarquia entre valores, ampliam sua capacidade de julgamento e a consciência de como realizam escolhas, ampliam-se as possibilidades de atuação da escola na formação moral, já que se ocupa de uma formação ética, para a formação de uma consciência moral reflexiva cada vez mais autônoma, mais capaz de posicionar-se e atuar em situações de conflito.

O que precisa ser entendido a priori é que a ética é um princípio e como tal deve ser assunto dialogado entre os entes que fazem parte de uma sociedade democrática e cumpridora dos seus deveres. A educação por si só não legitima a ética nas suas atuações. É preciso que a família, a sociedade como um todo tenham a certeza dos seus papéis e que os cumpram à risca para que o sentido ético se reste preterido. É relevante que as pessoas saibam que a ética é um bem comum a todos e que numa diversidade de contextos, a democracia, a liberdade, os respeito aos direitos humanos, a dignidade da pessoa humana, a cidadania, sejam elementos capazes de promover a boa convivência no estabelecimento da ética. A educação é um meio, e não um fim em si mesma, para o fortalecimento da ética. O cabedal de conhecimentos que o ser humano adquire ao longo de sua vida, resvala por um caminho adverso quando a educação e a ética não se promovem juntas e numa mesma sintonia. O sentido de valorização do ser humano perpassa pelas ponderações do entender da vida relacionada na educação em confluência com a ética. Secretaria de Educação Básica/FNDE (2007, p. 54-55):

As pessoas não nascem boas ou ruins; é a sociedade, quer queira, quer não, que educa moralmente seus membros, embora a família, os meios de comunicação e o convívio com outras pessoas tenham influência marcante no comportamento da criança. E, naturalmente, a escola também tem. É preciso deixar claro que ela não deve ser considerada onipotente, única instituição social capaz de educar moralmente as novas gerações. Também não se pode pensar que a escola garanta total sucesso em seu trabalho de formação. Na verdade, seu poder é limitado. Todavia, tal diagnóstico não justifica uma deserção. Mesmo com limitações, a escola participa da formação moral de seus alunos. Valores e regras são transmitidos pelos professores, pelos livros didáticos, pela organização institucional, pelas formas de avaliação, pelos comportamentos dos próprios alunos, e assim por diante. Então, ao invés de deixá-las ocultas, é melhor que tais questões recebam tratamento explícito. Isso significa que essas questões devem ser objeto de reflexão da escola como um todo, ao invés de cada professor tomar isoladamente suas decisões. Daí a proposta de que se inclua o tema Ética nas preocupações oficiais da educação.

A educação atrelada à ética tem outras preocupações que são cabíveis na vida em sociedade que merecem destaque nesse trabalho. Um exemplo claro é a questão da inclusão social. Incluir alguém socialmente não é uma tarefa muito fácil. Inexoravelmente vai existir muita resistência de diversos atores desse cenário de vivência e convivência humana. Educar para a inclusão exige seres com uma ética bem aguçada e propósitos bem delineados nessa convergência de sentidos e atitudes. Nesse propósito há uma resistência e isso emperra o processo de forma tal, que recai um cansaço sobre os ombros daqueles que propagam esse novo alvorecer do sentido de vida em sociedade. Fazer da educação algo igualitário para todos é e será um grande desafio, visto que, as pessoas são culturais e como tal, têm ações e pensamentos arraigados de um contexto histórico secular e colonial. Mudar esses paradigmas é o grande desafio que outrora se desenha nas sociedades. Buscar uma sociedade ética, equânime e educada, com todos os projetos de respeito às diferenças, estima pelos excluídos e sua inserção e atenção aos padrões éticos que ora vigem, é o grande desafio de uma sociedade pujante e refletida no alvorecer dos conceitos ilimitados das preocupações que cada um deve ter para a construção de uma sociedade melhor e mais humana. A construção da ética/educação não será fácil, mas os diálogos devem existir para que haja uma preocupação e um cumprimento do que rege a vida em sociedade: respeito por todos para a construção de um mundo melhor. Esse é o desafio.

### LEITURA COMPLEMENTAR – TEXTO Nº. 03

#### **ÉTICA NA ESCOLA: FAÇA O QUE EU DIGO, MAS NÃO FAÇA O QUE EU FAÇO**

*Por: Lilio A. Paoliello Jr.*

Em Filosofia, “ética” pode significar o que é bom para o indivíduo e para a sociedade, e seu estudo contribui para estabelecer a natureza de deveres no relacionamento indivíduo – sociedade.

Faz um tempo, participei de inúmeras discussões para a implantação de uma disciplina que se chamaria “Ética e Cidadania” na escola. Esta nova matéria daria conta de trabalhar com os alunos, de diversos níveis, noções básicas da vida em sociedade, daria conta de discutir

aspectos da Filosofia, que nos idos da década de 90, não fazia mais parte do currículo da escola básica e também, por consequência, ajudaria a resolver problemas de convivência dos jovens, dentro e fora da escola.

Bom, a disciplina enfim foi criada em muitas escolas, mas os problemas continuam instalados nos estabelecimentos de ensino. Ética e cidadania, a meu ver, não poderia ser uma disciplina, com horário fixo, professor responsável, provas e notas. Deveria, sim, ser a base de todo o currículo escolar, para não dizer, ser o alicerce de todas as relações humanas.

Para entender melhor, recorro ao dicionário, o amigo certo das horas incertas. No Houaiss, encontro:

**Ética** – parte da filosofia responsável pela investigação dos princípios que motivam, distorcem, disciplinam ou orientam o comportamento humano, refletindo especialmente a respeito da essência das normas, valores, prescrições e exortações presentes em qualquer realidade social.

**Cidadania** – condição de pessoa que, como membro de um Estado, se acha no gozo de direitos que lhe permitem participar da vida política.

No primeiro verbete, encontro duas palavras-chave: investigação e essência. É isso que deveria acontecer. Lembrei-me de um filme que assisti já faz algum tempo, chamado *Teachers*. Tratava da história de um rapaz, que ao sair de uma *high school*, não encontrou lugar no mercado de trabalho. Entrou então com um processo contra a escola, pois achava que a estrutura educacional que lhe foi oferecida seria culpada pelo estado em que se encontrava. Apesar de ser uma “comediazinha nada cabeça”, me fez refletir sobre a postura dos professores. O professor novato naquela escola, representado pelo ator Nick Nolte, se prontificou a investigar junto com seus alunos o que acontecia nas salas de aula daquele estabelecimento público, que poderia repercutir na falta de competência de um jovem para arrumar uma colocação profissional. Eles encontram de tudo, desde o professor que se traveste de personagens históricas para dar suas aulas, até aquele que dorme atrás de um jornal enquanto seus alunos colam nas provas. Um dos alunos pergunta ao Mr. Nick se ele podia filmar também os corredores da escola, para mostrar o que acontecia fora do olhar direto dos professores. É aí que ele flagra o próprio professor que propôs o trabalho, fumando escondido nas dependências da escola. Quando acaba de projetar a cena para sua classe, o aluno lembrou ao mestre: – Você disse que valia filmar tudo, hein!

Depois de sair do cinema e até hoje penso na essência daquilo que foi mostrado na tela: o professor, tão liberal, moderno e disposto a colaborar para reorganizar a escola, também infringe normas de bom comportamento. Estaria sendo menos ético que aqueles que deixaram, ao longo dos anos, a escola e seus alunos se afundarem num mar de ineficácia de um sistema falido, em que professores prepotentes não pensam que têm nas mãos, as cabeças de jovens que poderão fazer uma sociedade melhor?

Faça o que eu digo e não faça o que eu faço; seu dever começa onde termina o meu direito! Parecem ser máximas, que estão por trás de muitas ações na escola e fora dela. O lócus principal do bom exemplo, de se buscar sentido para os direitos e deveres de um cidadão deveria ser a sala de aula. Mas infelizmente, nem sempre é.

Infelizmente assisti a uma cena em que os protagonistas foram um professor de Ética e Cidadania e seu grupo de alunos. Fui convidado, como coordenador do curso, a assistir a uma das aulas em que seriam projetadas cenas de um filme cubano Guantanamera. Além de mostrar um pouco sobre uma sociedade tão diferente da nossa, ele se propunha a discutir as relações éticas naquele país. Ao tratar do problema de uma família típica cubana para enterrar um de seus membros, mostrava a situação burocrática vivida pelos moradores da ilha de Fidel. Após a exibição das cenas achei que o professor abriria espaço para um debate, em que alunos mostrariam suas posições a favor ou contra o regime cubano, discutiriam suas conseqüências para a população, fariam sobre o que teriam em comum com os problemas dos brasileiros. Nada disso aconteceu. O professor abriu um discurso político em que se mostrava favorável ao regime político de Cuba e em seguida entregou algumas folhas de questões de vestibulares que tinham aquele país como tema. Que frustração, minha e de nossos alunos! Nada ético o comportamento do professor de Ética.

Também falando de casos da vida real, me lembro de uma entrevista na revista Veja. Em suas páginas amarelas, um médico, Dr. Ben-Hur Ferraz Neto, especialista em transplante de fígado, afirmava que uma das formas para melhorar o sistema de saúde seria colocar uma caixa preta em todas as salas de cirurgia, pois lá, os pacientes estão em total estado de inconsciência, estão sedados, nus e sem seus familiares. Nestas condições, quantos erros podem ser cometidos sem que ninguém se responsabilize por eles.

Acho que poderia ser uma solução para a sala de aula, por mais antiético que isso possa parecer à primeira vista. No espaço educacional juntam-se pessoas, alunos e professores, repletos de anseios e de problemas, imersos em relações que se repetem no dia-a-dia e por isso, são passíveis de cair no desgaste do cotidiano, mas sem contar com a intimidade própria entre familiares e sem que tenham a autonomia de decisão sobre a vida de cada um. A caixa preta, lógico, é um símbolo que pode guardar tudo que foi feito, tudo que foi dito naquele ambiente, mas com um pacto anterior sobre a posterior utilização das informações lá registradas. Assim como nenhuma empresa aérea recorre à caixa preta para saber se uma aeromoça serviu bem o jantar, nenhuma escola recorreria a ela para tirar a limpo situações corriqueiras, mas poderia lançar mão dela sim em situações de conflito ou como registro de questões pedagógicas que pudessem influenciar a vida de crianças e jovens que convivem naquele ambiente.

Eu que já dei aula em escolas religiosas que mantinham um pequeno retransmissor ligado à sala da diretora, para controlar professores e alunos, hoje, penso que poderia ter participado de uma escola melhor que registraria o que estava acontecendo e se propusesse a discutir saídas éticas que pudessem colaborar na formação de cidadãos no gozo de seus direitos, para se refletir se o que estava se fazendo era bom para os indivíduos que participavam das aulas e para a sociedade em que atuavam.

Disponível em: <<http://www.focoemgeracoes.com.br/index.php/2009/10/29/etica/>>.  
Acesso em: 13 dez. 2011.



## UNIDADE IV - ÉTICA PROFISSIONAL, O GRANDE DESAFIO NO MERCADO DE TRABALHO

*“Chamamos de Ética o conjunto de coisas que as pessoas fazem quando todos estão olhando. O conjunto de coisas que as pessoas fazem quando ninguém está olhando chamamos de Caráter.”*

Oscar Wilde

A expressão profissão é oriunda do latim *professione*, do substantivo *professio*, daí surgindo várias acepções naquele idioma, mas que no magistério de Cícero (1992), a palavra significa “ação de fazer profissão de”.

Ter uma profissão é de grande relevância para o ser humano, pois é dela e através do seu trabalho, que ele consegue dignificar a sua vida, mantendo o seu sustento e, por conseguinte, ter uma vida cidadã e digna. De acordo com Nalini (2009, p. 293):

Sob o enfoque eminentemente moral, conceitua-se profissão como uma atividade pessoal, desenvolvida de maneira estável e honrada, ao serviço dos outros e a benefício próprio, de conformidade com a própria vocação e em atenção à dignidade da pessoa humana.

Quando a pessoa chega ao mercado de trabalho, mesmo sem experiência, normalmente ela deve ter um mínimo de qualificação. Esta qualificação é chamada de “qualificação profissional”. Geralmente essas pessoas se preparam, tomam cursos diversos, fazem estágios, para depois fazerem inserções num mercado altamente competitivo.

As escolas formadoras de profissionais têm uma preocupação muito grande com a formação técnica desses profissionais, mas muitas vezes tem um item que não é muito valorizado, quando muito não é ensinado. Esse item chama-se ética.

A Constituição Federal do Brasil de 1988 no seu Art. 1º, Inciso IV, vige sobre os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa. Ora, se o homem e a mulher são seres dotados de inteligência, logicamente vão querer exercitar essa inteligência fazendo algo de útil e que também seja viável à sua manutenção. Essa via de acesso à manutenção de cada um e cada uma é o trabalho. Ter uma profissão que possa inseri-los no mercado de trabalho é o que a grande maioria almeja e que indubitavelmente, corre atrás.

Nesse diapasão, vem uma série de questões práticas e objetivas. Muitos fazem cursos de capacitação, reciclagens, qualificações, etc. Mas muitos se esquecem de que tudo nessa vida

deve ter um código de conduta, que a vida humana deve se pautar em regras para um maior controle social. Mas afinal o que é controle social? Segundo Piletti (1999, p.228):

Controle social é o processo utilizado por uma sociedade ou pelo seu grupo dominante para garantir a obediência de seus membros aos padrões de comportamento existentes. Na verdade, não há apenas um processo de controle social. São diversos os meios utilizados para levar os indivíduos a enquadrar-se dentro dos padrões sociais vigentes. Esses processos podem ser internos (socialização) e externos (pressão social e força).

Com esse conceito de controle social, bem se vê que a vida em sociedade deve ter mesmo suas regras e seus códigos de conduta e no mercado de trabalho a situação é semelhante. Para exercer bem uma profissão, não só é necessário a pessoa ter boa qualificação, mas também ter sua conduta profissional pautada na ética. A chamada ética profissional, que será o cerne desse capítulo, será delineada em seu conceito.

Ética profissional é o conjunto de normas morais pelas quais um indivíduo deve orientar seu comportamento profissional. A Ética é importante em todas as profissões, e para todo ser humano, para que todos possam viver bem em sociedade.

Todos os códigos de ética profissional trazem em seu texto a maioria dos seguintes princípios: honestidade no trabalho, lealdade na empresa, alto nível de rendimento, respeito a dignidade humana, segredo profissional, observação das normas administrativas da empresa e muitos outros. O Código de Ética é um instrumento criado para orientar o desempenho das empresas em suas ações e na interação com seus públicos. Para um envolvimento maior, é importante que a empresa faça um código de ética bem objetivo, para facilitar a compreensão dos seus funcionários.

Além das empresas a maioria das profissões possuem seu próprio Código de Ética, principalmente em áreas da saúde onde envolve muitas questões éticas como vida, morte, que é o caso de médicos, enfermeiros, psicólogos e etc. Disponível em: <<http://www.osignificado.com.br/etica-profissional/>>.

No exercício da profissão cada pessoa deve saber como se comportar numa relação de trabalho, conhecer o código de ética da sua profissão e se pautar no bom relacionamento com as pessoas do seu convívio profissional. Estabelecendo essas regras de boa convivência, pois como dito alhures, as diferenças vão existir e é necessário que cada um respeite o direito do outro para que se instale o bom convívio.

A ética perpassa pelo sigilo profissional, momento em que cada profissional deve ter bem guardado todas as nuances da sua profissão e como deve ser o seu comportamento perante aos que o cerca. Sá (2001, p. 137) enfatiza que:

A profissão, como prática habitual de um trabalho, oferece uma relação entre necessidade e utilidade, no âmbito humano, que exige uma conduta específica para o sucesso de todas as partes envolvidas – quer sejam os indivíduos diretamente ligados ao trabalho, quer sejam os grupos, maiores ou menores, onde tal relação se insere.

Quem pratica a profissão dela se beneficia, assim como o utente dos serviços também desfruta de tal utilidade. Isto não significa, entretanto, que tudo o que é útil entre duas partes seja para terceiros e para a sociedade.

A profissão de pronto precisa estar plasmada num sentido ético. Este, chamado de ética profissional. Para se estabelecer um sentido ético- profissional a pessoa que trabalha vai construindo paulatinamente suas relações interpessoais, com diretrizes bem planejadas no contexto da profissão escolhida e em exercício, no manejo com as implicações de forma congruente e bem referenciada.

Quando dentro de uma profissão não se cumpre os deveres dela outorgados, subjazem as capacidades para o seu bom desempenho. Toda profissão exige pessoas éticas, dotadas de um compromisso com o seu trabalho, com sua atuação e com as pessoas que circulam ao seu derredor. Necessário se faz o empreendimento de uma boa postura profissional, que se plasma em direito e deveres, numa arrancada para a cidadania plena e um melhor relacionamento com as pessoas. A comunicação bem feita significa que a ética está presente no âmbito profissional. Cada profissão, portanto, tem o seu código de conduta ética. Seja do mais alto ao mais baixo escalão, as condutas devem ser plasmadas no sentido diretivo da ética. De acordo com Sá (2001, p. 148):

Existem aspectos de uma objetividade, volvida ao trabalho, que apresenta particularidades próprias e também peculiares a cada especialização, ou seja, há um complexo de valores pertinentes a cada profissão.

É lícito, pois, falar de uma ética profissional, como algo amplo, e de uma Ética Profissional Aplicada a determinada profissão, como algo restrito (Ética Profissional Aplicada à Contabilidade, Ética Profissional Aplicada ao Direito, Ética Profissional Aplicada à Medicina etc.).

Cada profissional tem um código de ética aplicado à sua classe, que deve ser respeitado, embora muitos profissionais ultrapassem essa fronteira e pratiquem coisas graves que vêm macular a lisura que deve pautar cada profissão. A gênese de cada profissão é a ética que permeia toda a conduta no mercado de trabalho, seja na educação, na área da saúde ou nos negócios. Segundo Sá (2001, p. 149):

O dever nasce primeiro do empenho de escolher, depois daquele de conhecer, e finalmente do de executar as tarefas, com a prática de uma conduta lastreada em valores ou guias de conduta.

Não basta escolher profissão de administrador, advogado, analista de sistemas, biólogo, contador, engenheiro, jornalista, médico, modelo, odontólogo, professor, químico, seja a que for; é preciso que, ao buscar conhecer a tarefa, haja uma ligação sensível com a mesma, de modo que possa ser prazenteira e ensinar, por isso, a prática sob os influxos do amor e do que se faz concretamente desejável.

O autor ratifica que a expressão amor empregada no texto acima significa a energia volvida à prática do bem, à produção de valores, em toda a sua amplitude.

O caráter da profissão está imbricado com uma energia muito grande, que é a energia que move as vontades concernentes ao seu exercício, que se inserem numa cadeia de valores éticos e morais, dando a cada profissional o direito de materializar todas as fontes e princípios que são respaldados pela ética, num propósito latente, que se exala e cresce permeando todas as condutas no respeito aos outros e a si mesmo.

Outro fator preponderante neste estudo é a questão da valorização do trabalhador profissional que em tempos modernos e em tempos antigos também muitas vezes passou no descaso e na acomodação dos patrões. Construir um sentido ético nessa situação é algo muito complicado, pois aí envolve uma série de questões como cidadania, dignidade da pessoa humana, direitos sociais, justiça e valorização do trabalho humano.

Desde os primórdios, o homem, vivendo de forma nômade, mantinha o seu sustento da coleta de frutos, caça e pesca, sempre se apresentou como um ser ético no exercício dos seus direitos e deveres. Quando um código de conduta era quebrado por alguém da comunidade, este sofria as sanções previstas nesses códigos. No decorrer dos tempos esses códigos continuaram existindo, delimitando assim, uma maneira pacífica e congruente das pessoas se respeitarem e exercerem suas profissões sem serem molestadas por outras, mas ao mesmo tempo também respeitando os outros sem molestá-los. Essa troca é importante para que haja no convívio em sociedade, direitos e deveres, respeitados e cumpridos, respectivamente. De acordo com a Revista SENAC (1997 p. 42-43):

Não resta dúvida de que, no decorrer da história moderna, especialmente ao final do século XIX, os trabalhadores alcançaram importantes conquistas sociais: direito à previdência, a férias, ao repouso remunerado, ao adicional por insalubridade, à educação, entre outros. A conquista desses direitos, entretanto, não se compara às perdas decorrentes da desvalorização do trabalho no período.

A evolução do processo produtivo é um exemplo claro da história dessa desvalorização, principalmente quando se constata que os princípios da ética do trabalho, embora muito úteis à consolidação da ordem econômica, nunca chegaram a se integrar à prática concreta dos homens.

A crescente separação entre trabalho manual e intelectual impediu que o trabalhador tivesse acesso ao conhecimento, excluindo-lhe a autonomia, o desenvolvimento da solidariedade e a expressão da liberdade indispensável ao exercício da cidadania. Mais recentemente, a onda de desemprego e o desmoronamento das relações contratuais decorrentes da globalização da economia e da flexibilização do processo de produção anunciam uma crise da sociedade do trabalho.

Essa crise caracteriza-se pelo declínio da ética no trabalho, manifestado na descrença de que a atividade produtiva seja fonte de justiça social, de dignidade e de realização social.

O profissional para dignificar a sua profissão deve estar conciso do seu compromisso com quem ele vai ofertar a essência do seu labor. Se é um médico, ele deve se atentar para o código de ética médica e fazer tudo que possa primar pelo bom exercício da sua profissão. Um engenheiro, um professor, um gari, etc. qualquer um desse deve ter bem elaborado em sua cabeça o seu código de conduta profissional. As expectativas em relação ao bom desempenho perpassam pelo lastro ético que são imprescindíveis no exercício da cada profissão.

A responsabilidade deve ser o ponto de toque entre a ética e o bom desempenho de cada profissional.

Hoje as empresas estão muito mais preocupadas em qualificar seus colaboradores, para que o exercício da ética seja mais real e mais evidente. Não se configura no atual cenário, pessoas com comportamentos antiéticos e desonrosos, que podem macular a boa imagem que uma empresa possa ter.

Fala-se em humanização do ambiente do trabalho, em gestão compartilhada, em liderança servidora e isso, não pode se configurar um simples clichê. A responsabilidade social e humana que se exala das empresas no mundo do trabalho, se convergem numa situação de dinamismo e respeito aos atores sociais que dependem sua força no sentido do progresso e do crescimento econômico. A Revista do SENAC (1997, p. 65 - 66), diz que:

A construção de uma cultura, de crenças e valores propícios à consolidação da dimensão ética na empresa e na sociedade como um todo passa pela reflexão sobre o papel do próprio trabalhador.

Se a própria dinâmica do capitalismo cria espaços de maior participação do trabalhador, cabe a este levar às últimas consequências tal tendência, buscando a participação crescente nas decisões, nos processos de negociação, de modo a viabilizar salários mais dignos, a qualificação para todos e, enfim, a humanização do mundo do trabalho. [...]

[...] Para um exercício profissional ético não basta, entretanto, apenas a competência técnica. É fundamental o estabelecimento de relações de confiabilidade entre o trabalhador e a gerência e também entre ele e seus pares.

Existem profissionais muito bem qualificados, com vários diplomas, bem gabaritados e que, no entanto, são extremamente mal educados, insolentes, prepotentes e que não têm um pouco de respeito pelos seus subalternos ou a quem quer que esteja ao seu redor. São pessoas sem qualificação humana. Porque ter conhecimento teórico, científico e cultural é excelente no desempenho de qualquer atividade, mas se a pessoa não desenvolve a inteligência emocional, o sentido ético se perde. As relações se tornam frívolas e insuportáveis. Nessa configuração em que se faz alusão à diversas inteligências, será citado nesse trabalho um pensamento de Gama (1998):

A Teoria das Inteligências Múltiplas é uma alternativa para o conceito de inteligência como uma capacidade inata, geral e única, que permite aos indivíduos uma performance, maior ou menor, em qualquer área de atuação. Sua insatisfação com a idéia de QI e com visões unitárias de inteligência, que focalizam sobretudo as habilidades importantes para o sucesso escolar, levou Gardner a redefinir inteligência à luz das origens biológicas da habilidade para resolver problemas. Através da avaliação das atuações de diferentes profissionais em diversas culturas, e do repertório de habilidades dos seres humanos na busca de soluções, culturalmente apropriadas, para os seus problemas, Gardner trabalhou no sentido inverso ao desenvolvimento, retroagindo para eventualmente chegar às inteligências que deram origem a tais realizações.

O ser humano tem uma capacidade de aquinhoar conhecimentos de uma forma exuberante. No campo das inteligências, ele perpassa por diversos caminhos, aprendendo e apreendendo de maneira diversa, exibindo várias nuances nesse campo. Na sua crescente busca pelos saberes, ele vai consignando valores, preceitos e princípios e ensinando para a perpetuação desse sentido de valoração do indivíduo em sociedade.

Quando uma pessoa se insere na vida profissional ela experimentará uma nova fase de vida. Um mundo diferente do que está acostumada. São atores diferentes que irá lidar na nova rotina de vida. Os primeiros momentos de adaptação são difíceis dado ao fato de que todos são seres diferentes e as relações são ambíguas, antagônicas e demanda cautela e paciência. Como sobreviver a tudo isso? De que maneira o indivíduo conseguirá responder aos chamados de uma rotina turbulenta, em que existe uma concorrência acirrada, pessoas de diversos comportamentos e uma exigência em todos os sentidos: a maneira de se portar, conversar, tratar as pessoas, as metas que deverão ser alcançadas, etc. Segundo Dowbor: (1999, p.52)

Assim, à medida que a grande empresa evolui do conceito de produtor para o conceito de organizador e controlador, passa a tecer um sistema complexo de relacionamentos que envolve mídia, financiadores, distribuidoras, empresas de advocacia, sistemas de pressão política conjunta nos diversos países onde exerce atividades, adotando mecanismos complexos como tomadas de participação cruzada de ações entre empresas, intercâmbio de diretorias, acordos de cooperação tecnológica por segmentos produtivos, divisão de trabalho e assim por diante, gerando um sistema complexo de obrigações mútuas e de dependência compartilhada.

Essa “dependência compartilhada” será essencial para que as regras sejam cumpridas e nesse sistema o modo mais eficaz será entender que deverá ter um sentido ético para que todos tenham uma convivência salutar e que as obrigações sejam atendidas com prazer.

Nessas mudanças de paradigmas em que se verificam situações de pura e total exclusão entre as pessoas, em que as várias categorias profissionais querem sobrepor a outras, em que o mercado de trabalho é altamente competitivo, não respeitando o tempo de cada profissional, as relações restam-se turbulentas. Daí a necessidade de um código de ética profissional sobre o que respalde as relações dos profissionais com seus pares. No magistério de Góes e Santini (2009, p. 52):

Ao referenciar sobre o código de ética profissional, também conhecido como código deontológico<sup>4</sup>, trata-se da regulamentação de qualquer profissão fundamentado em interesses de seus pares ou daqueles que estão relacionados social, política e economicamente. Desta forma, os órgãos estatais, a sociedade e os próprios profissionais passam a ter a necessidade de controlar as ações das categorias profissionais refletindo sobre seus papéis.

Por fim é pertinente salientar que a ética profissional é um conjunto de bens a serviço da boa convivência entre os profissionais que tendem a dignificar-se através das atividades laborais, cada um na sua especificidade, com respeito às demandas alheias, em que a senha para o bom trânsito pela grande diversidade de profissionais é o caráter ético que deve vir imprimido nas relações advindas do mundo moderno, capitaneados pela concorrência, competição e as mazelas de uma pós modernidade direcionada ao fechamento da solidariedade, justiça social, liberdade. É premente uma retomada em direção a valoração do outro, do sentido altruísta na concepção de valores outorgados pela prática profissional. Nalini (2009, p. 293) é categórico em afirmar que:

O espírito de serviço, de doação ao próximo, de solidariedade, é característica essencial à profissão. O profissional que apenas considere a sua própria realização, o bem-estar pessoal e a retribuição econômica por seu serviço não é alguém vocacionado.

Vocação é e sempre será algo mais consistente, algo que emana de cada ser humano em prol do outro. A gênese da ética perpassa pelo sentido vocacional de cada um. Ética profissional é fazer bem e fazer o bem. Reparar em cada detalhe do seu exercício diário como profissional. Esses detalhes podem ser elencados da seguinte forma: sigilo da profissão; boas relações interpessoais; boa comunicação com o outro; cuidado com a sua imagem; interesse em dirimir problemas, mas sem, no entanto se imergir neles; ter empatia, ou seja, colocar-se sempre no lugar do outro. Diante dessas vicissitudes, entende-se que o que vem prelecionado como conceito de ética, vai ser a referência para o bom desempenho de qualquer profissional.

---

<sup>4</sup> **Deontologia** (do grego *δέον*, translit. *deon* "dever, obrigação" + *λόγος*, *logos*, "ciência"), na filosofia moral contemporânea, é uma das teorias normativas segundo as quais as escolhas são moralmente necessárias, proibidas ou permitidas. Portanto inclui-se entre as teorias morais que orientam nossas escolhas sobre o que deve ser feito. O termo foi introduzido em 1834, por Jeremy Bentham, para referir-se ao ramo da ética cujo objeto de estudo são os fundamentos do dever e as normas morais. É conhecida também sob o nome de "*Teoria do Dever*". É um dos dois ramos principais da Ética Normativa, juntamente com a axiologia. Pode-se falar, também, de uma deontologia aplicada, caso em que já não se está diante de uma ética normativa, mas sim descritiva e inclusive prescritiva. Tal é o caso da chamada "Deontologia Profissional".



## LEITURA COMPLEMENTAR – TEXTO N. 04

### ÉTICA PROFISSIONAL É COMPROMISSO SOCIAL

*Por: Rosana Soibermann Glock e José Roberto Goldim*

Conceituação: O que é Ética Profissional?

É extremamente importante saber diferenciar a Ética da Moral e do Direito. Estas três áreas de conhecimento se distinguem, porém têm grandes vínculos e até mesmo sobreposições.

A Moral como o Direito baseiam-se em regras que visam estabelecer uma certa previsibilidade para as ações humanas. Ambas, porém, se diferenciam.

A Moral estabelece regras que são assumidas pela pessoa, como uma forma de garantir o seu bem-viver. A Moral independe das fronteiras geográficas e garante uma identidade entre pessoas que sequer se conhecem, mas utilizam este mesmo referencial moral comum.

O Direito busca estabelecer o regramento de uma sociedade delimitada pelas fronteiras do Estado. As leis têm uma base territorial, elas valem apenas para aquela área geográfica onde uma determinada população ou seus delegados vivem. Alguns autores afirmam que o Direito é um sub-conjunto da Moral. Esta perspectiva pode gerar a conclusão de que toda a lei é moralmente aceitável. Inúmeras situações demonstram a existência de conflitos entre a Moral e o Direito. A desobediência civil ocorre quando argumentos morais impedem que uma pessoa acate uma determinada lei. Este é um exemplo de que a Moral e o Direito, apesar de referirem-se a uma mesma sociedade, podem ter perspectivas discordantes.

A Ética é o estudo geral do que é bom ou mau, correto ou incorreto, justo ou injusto, adequado ou inadequado. Um dos objetivos da Ética é a busca de justificativas para as regras propostas pela Moral e pelo Direito. Ela é diferente de ambos - Moral e Direito - pois não estabelece regras. Esta reflexão sobre a ação humana é que caracteriza a Ética.

Ética Profissional: Quando se inicia esta reflexão?

Esta reflexão sobre as ações realizadas no exercício de uma profissão deve iniciar bem antes da prática profissional.



A fase da escolha profissional, ainda durante a adolescência muitas vezes, já deve ser permeada por esta reflexão. A escolha por uma profissão é optativa, mas ao escolhê-la, o conjunto de deveres profissionais passa a ser obrigatório. Geralmente, quando você é jovem, escolhe sua carreira sem conhecer o conjunto de deveres que está prestes ao assumir tornando-se parte daquela categoria que escolheu.

Toda a fase de formação profissional, o aprendizado das competências e habilidades referentes à prática específica numa determinada área, deve incluir a reflexão, desde antes do início dos estágios práticos. Ao completar a formação em nível superior, a pessoa faz um juramento, que significa sua adesão e comprometimento com a categoria profissional onde formalmente ingressa. Isto caracteriza o aspecto moral da chamada *Ética Profissional*, esta adesão voluntária a um conjunto de regras estabelecidas como sendo as mais adequadas para o seu exercício.

Mas pode ser que você precise começar a trabalhar antes de estudar ou paralelamente aos estudos, e inicia uma atividade profissional sem completar os estudos ou em área que nunca estudou, aprendendo na prática. Isto não exime você da responsabilidade assumida ao iniciar esta atividade! O fato de uma pessoa trabalhar numa área que não escolheu livremente, o fato de “pegar o que apareceu” como emprego por precisar trabalhar, o fato de exercer atividade remunerada onde não pretende seguir carreira, não isenta da responsabilidade de pertencer, mesmo que temporariamente, a uma classe, e há deveres a cumprir.

Um jovem que, por exemplo, exerce a atividade de auxiliar de almoxarifado durante o dia e, à noite, faz curso de programador de computadores, certamente estará pensando sobre seu futuro em outra profissão, mas deve sempre refletir sobre sua prática atual.

*Ética Profissional: Como é esta reflexão?*

Algumas perguntas podem guiar a reflexão, até ela tornar-se um hábito incorporado ao dia-a-dia.

Tomando-se o exemplo anterior, esta pessoa pode se perguntar sobre os deveres assumidos ao aceitar o trabalho como auxiliar de almoxarifado, como está cumprindo suas responsabilidades, o que esperam dela na atividade, o que ela deve fazer, e como deve fazer, mesmo quando não há outra pessoa olhando ou conferindo.

Pode perguntar a si mesmo: Estou sendo bom profissional? Estou agindo adequadamente? Realizo corretamente minha atividade?

É fundamental ter sempre em mente que há uma série de atitudes que não estão descritas nos códigos de todas as profissões, mas que são comuns a todas as atividades que uma pessoa pode exercer.

Atitudes de generosidade e cooperação no trabalho em equipe, mesmo quando a atividade é exercida solitariamente em uma sala, ela faz parte de um conjunto maior de atividades que dependem do bom desempenho desta.

Uma postura pró-ativa, ou seja, não ficar restrito apenas às tarefas que foram dadas a você, mas contribuir para o engrandecimento do trabalho, mesmo que ele seja temporário. Se sua tarefa é varrer ruas, você pode se contentar em varrer ruas e juntar o lixo, mas você pode também tirar o lixo que você vê que está prestes a cair na rua, podendo futuramente entupir uma saída de escoamento e causando uma acumulação de água quando chover. Você pode atender num balcão de informações respondendo estritamente o que lhe foi perguntado, de forma fria, e estará cumprindo seu dever, mas se você mostrar-se mais disponível, talvez sorrir, ser agradável, a maioria das pessoas que você atende também serão assim com você, e seu dia será muito melhor.

Muitas oportunidades de trabalho surgem onde menos se espera, desde que você esteja aberto e receptivo, e que você se preocupe em ser um pouco melhor a cada dia, seja qual for sua atividade profissional. E, se não surgir, outro trabalho, certamente sua vida será mais feliz, gostando do que você faz e sem perder, nunca, a dimensão de que é preciso sempre continuar melhorando, aprendendo, experimentando novas soluções, criando novas formas de exercer as atividades, aberto a mudanças, nem que seja mudar, às vezes, pequenos detalhes, mas que podem fazer uma grande diferença na sua realização profissional e pessoal. Isto tudo pode acontecer com a reflexão incorporada a seu viver.

E isto é parte do que se chama empregabilidade: a capacidade que você pode ter de ser um profissional que qualquer patrão desejaria ter entre seus empregados, um colaborador. Isto é ser um profissional eticamente bom.

### ÉTICA PROFISSIONAL E RELAÇÕES SOCIAIS:

O varredor de rua que se preocupa em limpar o canal de escoamento de água da chuva, o auxiliar de almoxarifado que verifica se não há umidade no local destinado para colocar caixas de alimentos, o médico cirurgião que confere as suturas nos tecidos internos antes de completar a cirurgia, a atendente do asilo que se preocupa com a limpeza de uma senhora idosa após ir ao banheiro, o contador que impede uma fraude ou desfalque, ou que não maquia o balanço de uma empresa, o engenheiro que utiliza o material mais indicado para a construção de uma ponte, todos estão agindo de forma eticamente correta em suas profissões, ao fazerem o que não é visto, ao fazerem aquilo que, alguém descobrindo, não saberá quem fez, mas que estão preocupados, mais do que com os deveres profissionais, com as PESSOAS.

As leis de cada profissão são elaboradas com o objetivo de proteger os profissionais, a categoria como um todo e as pessoas que dependem daquele profissional, mas há muitos aspectos não previstos especificamente e que fazem parte do comprometimento do profissional em ser eticamente correto, aquele que, independente de receber elogios, faz A COISA CERTA.

### ÉTICA PROFISSIONAL E ATIVIDADE VOLUNTÁRIA:

Outro conceito interessante de examinar é o de Profissional, como aquele que é regularmente remunerado pelo trabalho que executa ou atividade que exerce, em oposição a Amador. Nesta conceituação, se diria que aquele que exerce atividade voluntária não seria profissional, e esta é uma conceituação polêmica.

Em realidade, Voluntário é aquele que se dispõe, por opção, a exercer a prática Profissional não-remunerada, seja com fins assistenciais, ou prestação de serviços em beneficência, por um período determinado ou não.

Aqui, é fundamental observar que só é eticamente adequado, o profissional que age, na atividade voluntária, com todo o comprometimento que teria no mesmo exercício profissional se este fosse remunerado.

Seja esta atividade voluntária na mesma profissão da atividade remunerada ou em outra área. Por exemplo: Um engenheiro que faz a atividade voluntária de dar aulas de matemática. Ele deve agir, ao dar estas aulas, como se esta fosse sua atividade mais importante. É isto que aquelas crianças cheias de dúvidas em matemática esperam dele! Se a atividade é voluntária, foi

sua opção realizá-la. Então, é eticamente adequado que você a realize da mesma forma como faz tudo que é importante em sua vida.

#### ÉTICA PROFISSIONAL: PONTOS PARA SUA REFLEXÃO:

É imprescindível estar sempre bem informado, acompanhando não apenas as mudanças nos conhecimentos técnicos da sua área profissional, mas também nos aspectos legais e normativos. Vá e busque o conhecimento. Muitos processos ético-disciplinares nos conselhos profissionais acontecem por desconhecimento, negligência.

Competência técnica, aprimoramento constante, respeito às pessoas, confidencialidade, privacidade, tolerância, flexibilidade, fidelidade, envolvimento, afetividade, correção de conduta, boas maneiras, relações genuínas com as pessoas, responsabilidade, corresponder à confiança que é depositada em você...

**COMPORTAMENTO ETICAMENTE ADEQUADO E SUCESSO CONTINUADO SÃO INDISSOCIÁVEIS!**

## ESTUDO DE CASOS: ÉTICA PROFISSIONAL

### CASO 1

#### UM GESTOR TEMPERAMENTAL...

*Autor(a): Sonia Jordão<sup>5</sup>*

Imagine que uma empresa contrate um novo gestor na área comercial com a expectativa de que as vendas aumentem. No início do trabalho, até parece que isso vai acontecer, mas, com o passar do tempo, os resultados alcançados ficam cada dia mais distantes das metas. Mesmo o gestor sendo um profissional com um excelente currículo, comprometido, trabalhador e responsável, infelizmente, tudo isso não é suficiente: é preciso atingir as metas.

Mas por que será que o gestor, ainda que bem qualificado, não conseguiu atingir as metas? Ele não sabe. E quando é demitido tem uma sensação terrível, mas mesmo assim tenta não se sentir um fracassado. Acredita que bons profissionais não ficam desempregados e é consciente de seu valor e de seu potencial. Por isso, prepara-se para procurar um novo emprego. Atualiza seu currículo, envia para diversas empresas e o cadastra em alguns sites.

Quando é chamado para alguma entrevista busca conhecer a empresa para se sentir mais preparado. Pensa que não ter conseguido bons resultados não é motivo para desanimar. Porém, está consciente que se não der certo dessa vez, sua carreira correrá sérios riscos.

Consegue uma vaga na área comercial e, após alguns meses, aumenta as vendas significativamente. Procura defender os interesses da Empresa onde trabalha, para que tenha lucratividade, mas também consegue defender os interesses dos clientes junto a Empresa. É muito bom negociador e tem a empatia como ponto forte de suas características.

Depois de um tempo na empresa, recebe uma reclamação de seu principal cliente. Verifica o que aconteceu e descobre que a reclamação procede: o setor de produção cometeu um erro. Resolve ir até a produção para informar o que havia ocorrido e preparar o pessoal para que corrijam o problema. Chama algumas pessoas da equipe de produção para discutirem a melhor solução e, à medida que explica o que aconteceu, aumenta seu nervosismo. Não consegue entender como cometeram aquele erro, e justamente com seu principal cliente. Sem conseguir dominar seus sentimentos, quando menos se espera grita com o funcionário que ele acredita ter

---

<sup>5</sup>**Sonia Jordão** é especialista em liderança, palestrante, consultora empresarial e escritora. Autora de diversos livros sobre liderança.

cometido o erro. Depois de dizer tudo que acha ser importante, acalma-se um pouco e volta para suas atividades.

Quando explode, o gestor temperamental acredita que está com a razão e não percebe que sua forma de falar magoa as pessoas. Em alguns casos, ele briga com pessoas que são peça-chave na Empresa, funcionários daqueles que são difíceis encontrar outro com tamanha competência. Um daqueles que é preciso fazer de tudo para não perdê-lo.

O pior da atitude do gestor é que, quando o funcionário comete algum erro, ele chama a atenção do profissional na frente de seus colegas e de uma forma que nem lhe permite se justificar. Aí, por medo de errar e ser chamado a atenção novamente, o profissional deixa também de tomar novas atitudes, tentar inovar. Isso porque sabe que se cometer qualquer erro, acabará vendo uma explosão do gestor e se recebe uma repreensão sente-se arrasado.

A alta direção toma conhecimento do acontecido e como acreditam que é possível conseguir resultados positivos sem impor nada, mostra ao gestor que ele não está agindo de acordo com os valores da organização. Avisam que mesmo vendendo muito, isso não é suficiente para o gestor permanecer na empresa. Resolvem, então, lhe dar uma última oportunidade.

O gestor pensa: o que fazer? Sem resultados é demitido. Com resultados também corre o risco de ser demitido mais uma vez... Ao analisar bem o problema descobre que atualmente a liderança na base do “comando e controle” não obtém o mesmo resultado de há alguns anos atrás.

Seus pensamentos se articulam e se refletem nas seguintes questões:

1. Quando o líder comete um erro deve ou não pedir perdão? O reconhecimento do erro ajuda na recuperação da dignidade e na mudança de atitude?
2. Quem pretende ser um vencedor na vida, como deve encarar seus erros?
3. Os erros dos subordinados justificam o erro do líder?
4. Como evitar a reação por impulso e refletir sobre a solução mais adequada, com a cabeça fria?
5. Como motivar os subordinados? Como prestigiá-los e desafiá-los?
6. Como corrigir os erros dos subordinados?

Texto baseado no conteúdo do romance corporativo “E agora, Venceslau? - Como deixar de ser um líder explosivo” de autoria de Sonia Jordão.

Fonte: JORDÃO, Sônia. **E agora, Venceslau?** Como deixar de ser um líder explosivo. Belo Horizonte: TECER, 2007.

## CASO 2

### ÉTICA E CHOQUE CULTURAL NA EMPRESA

*Autor: Flavio Farah<sup>6</sup>*

#### **Características da empresa e do colaborador**

Um consultor nos relata o caso de um profissional com excelente qualificação técnica, grande experiência e profundo senso de responsabilidade, que estava há muito tempo em uma organização. Ele tinha qualificação para ser promovido a diretor mas estava estacionado no posto de gerente. Qual o motivo? Choque cultural, de acordo com o consultor. Tratava-se de uma empresa alemã cujo ambiente de trabalho era circunspeto, silencioso e formal. O temperamento do gerente era oposto. Alegre e expansivo, gostava de contar casos engraçados e de rir, chegando a fazer algumas ironias com a seriedade dos outros. Os diretores viam seu comportamento como imaturo e não confiável. "Não dá para confiar, ele é meio moleque", disse um dos diretores. "É inteligente, muito bem preparado, mas é um pouco fora do padrão."

#### **Diagnóstico do consultor**

O consultor apresentou à direção da empresa o diagnóstico de falta de afinidade cultural. Os diretores, segundo ele, concordaram com sua avaliação "com extrema correção e sentido ético" e deixaram-no à vontade para encontrar outra oportunidade para aquele profissional. O consultor assim fez. Encontrou e ofereceu ao gerente um cargo de direção em outra companhia, proposta que ele prontamente aceitou.

#### **Questões para discussão**

1. O caso é realmente de conflito de valores? Para responder essa pergunta, identifique os valores comumente professados pelas empresas. Você pode conseguir esses dados pesquisando na página de valores dos *sites* de grandes corporações. Nessas páginas, existem valores organizacionais tais como "circunspeção", "seriedade" (restrição ao riso) e

---

<sup>6</sup> **Flavio Farah** é mestre em administração de empresas, professor universitário, palestrante, articulista e autor do livro "Ética na gestão de pessoas".

“formalidade”, que, de acordo com o consultor, são características da cultura da empresa em pauta? Se não existem, então o que significam esses termos?

2. Se você fosse diretor da empresa, teria coragem de tornar público que você recusou a promoção ao gerente em razão de sua “falta de maturidade e de confiabilidade”? Você sustentaria que era justo recusar a promoção porque ele era inteligente e bem preparado, tinha excelente qualificação técnica, grande experiência e um profundo senso de responsabilidade, mas tinha o pecado de ser alegre e expansivo, de gostar de contar casos engraçados e de rir? Você teria coragem de enfrentar um debate no Sindicato dos Metalúrgicos? De ir ao programa “Roda Viva” da TV Cultura? De enfrentar uma CPI?

3. Pelo enunciado do caso, percebe-se que a empresa não tinha intenção de promover o gerente. A companhia, porém, não o informou desse fato. Pergunta-se: foi ética a conduta da companhia? Para responder esta pergunta, responda três outras questões: 1ª) Independentemente da iniciativa do profissional, a organização tinha o dever de lhe comunicar que ele não seria promovido? 2ª) Os diretores tinham obrigação de lhe dizer o que pensavam dele? 3ª) Ao silenciar e deixá-lo estacionado no mesmo cargo por um longo tempo, a empresa causou-lhe algum dano, por exemplo, causou-lhe humilhação ou prejudicou sua carreira profissional ou seus rendimentos?

4. O que é confiabilidade? Como uma pessoa se torna confiável aos olhos de outra? De acordo com os dados disponíveis, a empresa tinha razões concretas para não confiar no profissional? Quais razões? Se não tinha, qual o verdadeiro problema?

5. Qual a relação entre esse caso e a questão da diversidade no ambiente de trabalho?



### CASO 3

#### **RESPEITO PELAS PESSOAS**

O Ministério da Saúde de determinado país recebeu a solicitação para realizar um estudo exploratório sobre a prevalência de comportamentos relacionados a Doenças Sexualmente Transmissíveis (DST) entre profissionais do sexo. As participantes deste estudo farão exames para 3 DST comuns e participarão de uma entrevista. Cada uma delas receberá um cartão numerado que permitirá a sua vinculação às amostras de sangue coletadas. Às mulheres que aceitarem doar sangue, será oferecida a opção de apresentarem seu cartão para receberem os resultados dos testes para DST. Aquelas que tiverem resultado positivo para qualquer uma das 3 infecções testadas, terão acesso a tratamento gratuito. Além disso, todas as participantes receberão um "presentinho" como agradecimento por sua participação.

A população em questão consiste de profissionais do sexo baseadas em bordéis e que são estritamente controladas pelos gerentes dos estabelecimentos. Antes de iniciar o estudo, o pesquisador deverá encontrar-se com o gerente do bordel, para pedir permissão para conduzir o pesquisa. **Durante a reunião, o gerente declara que todas as mulheres que trabalham no bordel participarão do estudo.**

#### **Perguntas:**

1. Quais seriam os passos que pesquisadores e membros da equipe de pesquisa podem utilizar para certificar-se de que o consentimento informado seja obtido livremente de todas as participantes?
2. Se uma mulher escolher não participar do estudo, o que poderá ser feito para protegê-la de uma possível retaliação por parte dos gerentes diretos?
3. Se você acredita que as mulheres não podem dar o consentimento informado voluntariamente, que alternativa você poderia sugerir ao Ministério da Saúde?

## CASO 4

### CONSIDERAÇÕES PROVENIENTES DO COMITÊ DE ÉTICA

Um estudo cluster-randomizado está sendo conduzido em uma área rural agrícola de um país em desenvolvimento. As localidades, ao invés dos individuais participantes do estudo, são selecionados ao acaso para receber ou não a intervenção. **Nas localidades onde será realizada a intervenção são distribuídos preservativos femininos juntamente com a distribuição contínua de preservativos masculinos, enquanto as localidades-controle recebem somente preservativos masculinos.** Todas as pessoas adultas dos sexos masculino e feminino são expostas à intervenção por meio de grandes eventos de entretenimento, com música, dança e teatro de marionetes.

As participantes são mulheres que são submetidas a um exame, fornecem o consentimento informado e são entrevistadas e testadas para Doenças Sexualmente Transmissíveis (DST) a cada 3 visitas de acompanhamento durante o período de 12 meses. **O formulário de consentimento informado menciona a tensão e a aflição que podem acompanhar um diagnóstico de DST, sem mencionar a possibilidade de repercussões mais sérias e quem sabe violentas.**

Apesar do programa de informação, um por cento das mulheres relata violência como resultado do comportamento abusivo de seus parceiros sexuais. Como referido no formulário de *Eventos Adversos Sérios*, as mulheres são violentadas por:

- informar aos parceiros de sua participação no estudo
- sugerir aos parceiros o uso de preservativos
- notificar aos parceiros o resultado positivo para DST e pedir aos parceiros que procurem tratamento

**Fica evidente que a violência por parte destes parceiros é o resultado direto de sua participação no estudo.** Incidentes violentos foram denunciados aos profissionais do serviço nas duas localidades de intervenção e de controle. Este é o único problema relatado no estudo da pesquisa, até agora.

Questão para Discussão:

a. **Como o Comitê de Ética deveria orientar o pesquisador?**

Parar a pesquisa para proteger as mulheres.

b. Modificar o formulário de consentimento informado e obter novo consentimento de todas as participantes.

c. Continuar o estudo, mas informar oralmente as participantes sobre os possíveis riscos.

d. Continuar o estudo conforme planejado.

e. Adicionar mensagens sobre violência doméstica na intervenção e relatar episódios de violência à administração das lavouras

## CASO 5

### **A URGÊNCIA DE ATITUDES ÉTICAS EM SALA DE AULA**

*Ana Cláudia Fernandes Moura, Ana Fabíola H. M. dos Santos,  
Andréia de Lima, Janete Aparecida de Lima  
Orientadores: Vera Helena Rodrigues Zaitun e Mara Westin L. Martin*

“J”, 5 anos, é do sexo masculino, reside com a mãe diarista, o irmão “G” de 16 anos drogado, o pai encontra-se em uma Instituição prisional do Vale do Paraíba. Na creche “J” queixa-se de sofrer abuso sexual por parte do irmão que aproveita a ausência da mãe para molestá-lo. Em sala, com os colegas e a professora, apresenta comportamento verbal e físico inadequado. Seu repertório diário é composto por palavras como, por exemplo, “vagabunda”, “vadia”, “piranha”, “chato” e “bobo”. Fisicamente chegou a agredir a estagiária causando-lhe luxação na mão. Em sala, suas atitudes chamam a atenção da professora, que supõe existir algo errado em sua dinâmica familiar. No intervalo, foi flagrado no banheiro com um menino de sua idade tocando seu genital, tentando reproduzir o que seu irmão faz com ele em casa. Quando indagado sobre o assunto, ele respondeu que o irmão disse que aquilo é “gostoso”. Os colegas em sala o excluem das brincadeiras, chamando-o de “chato” e “encrenca”. Os profissionais que atuam na Instituição também reforçam o rótulo dizendo que ele é: “terrível”, “bicho”, “porco” e “não tem jeito mesmo”.

Reconhecendo a necessidade de respaldo, a professora solicita a orientação de como intervir neste caso junto à responsável pela área pedagógica. A mãe de “J” é convocada para uma reunião na escola e confirma a veracidade do fato. Relatou também, que é espancada pelo marido quando ele consegue permissão, em determinadas ocasiões, para visitar a família. A mãe verbaliza que jamais denunciará o caso para as autoridades, pois “G” também é seu filho. Neste caso, ela adota uma postura conivente.

No intuito de minimizar o sofrimento de “J”, a mãe é solicitada pela orientadora pedagógica a comparecer em alguns encontros na escola, onde seriam trabalhadas com ela algumas alternativas que favorecessem “lidar” com estas situações. Mas a mãe nunca retornou. A orientadora pedagógica não solicitou a intervenção de órgãos competentes, preferindo engavetar

esta informação. “J” continua freqüentando a escola. Em sala, a professora, com sua práxis, oportuniza a este aluno e aos demais, possibilidades de receberem afeto através da qualidade do ensino, das relações de amizade e confiança que estabelece no cuidado com o grupo.

No caso em questão, como todo ser humano tem necessidades básicas a serem supridas, supõe-se que “J” tenha internalizado esta imitação de que tocar o genital de outro menino, seja uma forma de mostrar a ele como isso é “bom”. Este fato elucida uma experiência pessoal composta pela possibilidade de afeto positivo e negativo que “J” recebe em casa. A ausência da mãe, que sai de casa com a irmã, para ir à igreja, oportuniza “J” a estar sujeito à uma situação de vulnerabilidade e abuso, quando o deixa aos cuidados do irmão, pois propicia neste espaço de tempo a realização de contato físico íntimo sem que este deixe marcas concretas visíveis no corpo da criança. Isto nos leva a refletir sobre a afirmação de Mallak & Vasconcelos (2002) *que pontuam sobre as diversas formas utilizadas para se concretizar a relação incestuosa sem que a mesma envolva necessariamente uma relação sexual completa; ou uso de violência física. Onde abusador na tentativa de dificultar a obtenção de provas no caso de denúncia recorre a atos libidinosos através de meios de carícias ou toques para concretizar seus desejos sem utilizar-se da conjunção carnal.*

Em sala “J” é deixado de lado e recebe assinalamentos negativos dos colegas e dos pedagogos. Esses rótulos desvelam pré-construções e pré-conceitos oriundos da falta de vivência da ética e podem resultar em traumas e reproduções de vulnerabilidade na vida de “J”.

Dentro do contexto observado encontramos no Estatuto da Criança e do Adolescente a Lei N° 8.069 no art. 5° afirmando que: *Nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, punido na forma da lei qualquer atentado, por ação ou omissão, aos direitos fundamentais* (p.10).

Percebe-se um equívoco na atitude da orientadora pedagógica, já que esta somente deveria exercer a sua função em relação à orientação pedagógica. Assumir uma outra postura coloca em risco a sua ética profissional e o fato de omitir o caso ao conselho Tutelar tipifica infração administrativa prevista no art. 245 inciso I *do Estatuto da Criança e do Adolescente que nos assinala: Deixar o médico, professor ou responsável por estabelecimento de atenção à saúde e de ensino fundamental, escola ou creche, de comunicar à autoridade competente os casos de que tenha conhecimento, envolvendo suspeita ou confirmação de maus-tratos de*

*criança ou adolescente. Caso este não o faça será aplicado multa de três a vinte salários de referência, aplicando-se o dobro em caso de reincidência (p..86). O sigilo e a inoperância do profissional diante da situação, trazem implícitos não só o medo de se comprometer assim como a necessidade de se manter o status social da instituição que representa preferindo a omissão.*

Em relação à mãe, levantamos duas hipóteses tais como o medo de perder a guarda de “J”, e o receio de que “G” seja responsabilizado por seus atos e termine preso como o pai.

Em sala, a professora continuou a investir em “J” para que este pudesse descobrir-se possuidor de recursos internos para administrar esta situação-problema, participando junto com as demais crianças das atividades, na distribuição das materiais, compartilhando suas descobertas assinaladas positivamente, auxiliando-o a reconhecer as suas qualidades e competências. Entendemos que esta intervenção realizada pela professora é premissa da vivência do afeto saudável, da internalização de regras e limites, que capacitaram a “J” estabelecer relações com outras pessoas.

Disponível em: < [http://www.inicepg.univap.br/cd/INIC\\_2006/inic/inic/05/INIC0001106ok.pdf](http://www.inicepg.univap.br/cd/INIC_2006/inic/inic/05/INIC0001106ok.pdf)>.

Acesso em: 23 jan. 2012.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Finalizando o presente trabalho, é pertinente analisar que falar de ética, e principalmente a ética profissional, não se configura tarefa fácil, porque as relações profissionais muitas vezes se restam conturbadas nesse processo globalizado, em que as pessoas vivem numa concorrência acirrada, procurando um lugar no mercado.

Construir uma carreira sólida, pautada nos entendimentos éticos que fazem parte de todas as profissões, não é para todos, porque são diversos os casos de profissionais que burlaram o seu código de ética profissional e tiveram atitudes desonestas e descabidas ao que é propugnado por sua profissão.

A ética deve ser o princípio basilar de toda uma sociedade, militante do bom entendimento entre os pares, configurando-se de propostas balizadas na direção de comportamentos adequados e morais numa referência de valores para a boa convivência em sociedade.

Nesse módulo há uma abordagem significativa sobre a ética na educação; a ética na construção da cidadania; a ética associada à filosofia; e, por fim, a ética profissional que é o mote do presente trabalho.

A ética permeou todos os entendimentos aqui propostos. No seu nascedouro, impregna todas as vicissitudes do viver, pautadas na moralidade nos bons costumes, na decência e na ordem e na deferência que cada pessoa deve ter com a outra.

Os valores estão se perdendo num mundo de indecência moral, antiético e sem os bons costumes tantas vezes ensinados na família, cobrados pela sociedade e efetivados na escola. É necessário citar nesse item conclusivo, um pensamento de Comparato (2006, p. 21):

Os valores coletivos de determinada sociedade e as suas instituições de poder relacionam-se, sempre, em espécie de jogo dialético entre passado e futuro, movimento e repouso, desequilíbrio e reequilíbrio, mudança e preservação da ordem tradicional. Ora a sociedade como um todo julga ultrapassadas as leis e a estrutura política em vigor, ora as considera como perturbadoras da ordem antiga, a ser preservada. Normalmente, o mundo oficial nunca corresponde, inteiramente, ao mundo não oficial dos costumes e ideais coletivos da vida.

Por esse motivo, a sociedade encontra-se perdida na busca de valores anuídos por códigos de éticas, mas irrelevantes para vários atores numa sociedade turbulenta e competitiva, rigorosa no julgamento alheio e condescendente com os próprios interesses.

Diante de tudo que foi exposto, é interessante ressaltar que a ética deve existir em favor da boa convivência dos homens em sociedade, no respeito aos valores intrínsecos e extrínsecos de cada personagem, na prática dos bons costumes que tangem as relações interpessoais. Diante disto, é imprescindível relacionar as boas práticas no convívio em sociedade com os caracteres que permeiam a ética e a valorização do outro num sentido da preservação dos relacionamentos e da condução das normas que auxiliam uma vida boa e digna para cada um.

Vejo que a ética deva ser a norma de conduta da vida de cada pessoa, tanto no tocante a educação quanto na vida familiar e na sociedade, como na profissão escolhida. E na profissão a ética deve ser um princípio intermitente, pois é na profissão que a realização do ser humano precisa ser pautada no sentido ético, porque é nela que está o serviço para o outro, e, quando a gente serve ao outro deve fazê-lo com ética, moralidade e princípios na valorização do ente que nos procura na nossa profissão. Por tudo isso, penso que a família, como célula principal da vida de todas as pessoas deve ser a pioneira no ensino da ética. Depois a escola precisa dar sua contribuição nesse ensinamento, para que as pessoas sejam mais conscientes dos seus papéis na sociedade, na religião, na moralidade, na política, e, principalmente, na vida profissional.

No exercício da profissional, cada um deve pensar no coletivo, para que as relações profissionais se tornem balizadas na ética e que o seu desempenho seja pautado na vontade coletiva e não na vontade individual.



## REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Ulisses F. **Ética e cidadania**: construindo valores na escola e na sociedade / Secretaria de Educação Básica, Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2007. 84 p.

BRASIL. Ministério da Educação do. Disponível em:  
<<http://portaldoprofessor.mec.gov.br/storage/materiais/0000015509.pdf>>. Acesso em: 10 dez.2011.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais**: terceiro e quarto ciclos: apresentação dos temas transversais – Brasília: MEC/SEF, 1998. 436 p.

CHALITA, Gabriel. **Os dez mandamentos da ética**. 2 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.

CHAUÍ, Marilena. Convite à **Filosofia**. São Paulo: Ática, 1997.

COMPARATO, Fábio Konder. **Ética**: direito, moral e religião no mundo moderno. São Paulo: Companhia da Letras, 2006.

DOWBOR, Ladislau. **A reprodução social**: propostas para um gestão descentralizada. Petrópolis: Vozes, 1999.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GAMA, Maria Clara S. Salgado Gama **A Teoria das Inteligências Múltiplas e suas implicações para Educação**. Disponível em:  
<<http://www.homemdemello.com.br/psicologia/intelmult.html>>. Acesso em 13 dez. 2011.

GÓES, Adarly Rosana Moreira. SANTINI, Maria Ângela. **Ética Profissional**: Serviço Social. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2009.

GONÇALVES, Maria H. B., WYSE, Nely. **Ética e Trabalho**. Rio de Janeiro: Senac Nacional, 1997.

HUME, David. **Investigação sobre o entendimento humano**. Tradução André Campos Mesquita. São Paulo: Escala Educacional, 2006.

NALINI, José Renato. **Ética Geral e Profissional**. 7.ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2009.

PAIVA, Beatriz Augusto. **Algumas considerações sobre ética e valor**. In: BONETTI, Dilséa Adeodata et al. (Org.). Serviço social e ética: convite a uma nova práxis. 6.ed. São Paulo. Cortez, 2005.

PILETTI, Nelson. **Sociologia da Educação**. São Paulo: Ática, 1999.

SÁ, Antônio Lopes de. **Ética Profissional**. 4.ed. São Paulo: Atlas, 2001.

VADE MECUM . Obra Coletiva. Colaboradores: Antônio Luiz de Toledo Pinto, Márcia Cristina Vaz dos Santos Windt e Livia Céspedes. 8.ed. atual. ampl. São Paulo: Saraiva, 2009.

VÁZQUEZ, Adolfo Sánchez. **Ética**. Tradução de João Dell'Anna. – 27. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira: 2005.

WIKIPEDIA. **Ética Profissional**. Disponível em: <<http://www.osignificado.com.br/etica-profissional/>>. Acesso em: 12 dez. 2011.

WIKIPEDIA. **Ética**. Disponível em: <<http://pt.wikipedia.org/wiki/%C3%89tica>>. Acesso em 12 dez. 2011.

ZAJDSZNAJER, Luciano. **É A ÉTICA UMA CIÊNCIA?** Disponível em: <[http://www.portalmedico.org.br/include/biblioteca\\_virtual/des\\_etic/1.htm](http://www.portalmedico.org.br/include/biblioteca_virtual/des_etic/1.htm)>. Acesso em: 12 ago. 2011.